



MINISTÉRIO DA INTEGRAÇÃO NACIONAL  
SUPERINTENDÊNCIA DO DESENVOLVIMENTO DA AMAZÔNIA - SUDAM

# PROGRAMA DE INTEGRAÇÃO INTRARREGIONAL DA AMAZÔNIA

## DIAGNÓSTICOS E PROJETOS

BELÉM  
2012

Superintendência do  
Desenvolvimento  
da Amazônia

Ministério da  
Integração  
Nacional

GOVERNO FEDERAL  
**BRASIL**  
PAÍS RICO É PAÍS SEM POBREZA

**REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL**

Dilma Vana Rousseff - Presidenta

**MINISTÉRIO DA INTEGRAÇÃO NACIONAL - MI**

Fernando Bezerra Coelho - Ministro

**SUPERINTENDÊNCIA DO DESENVOLVIMENTO DA AMAZÔNIA - SUDAM**

Djalma Bezerra Mello - Superintendente

**DIRETORIA DE GESTÃO DE FUNDOS, INCENTIVOS FISCAIS  
E DE ATRAÇÃO DE INVESTIMENTOS - SUDAM**

Inocencio Renato Gasparim - Diretor

**DIRETORIA DE ADMINISTRAÇÃO - SUDAM**

Georgett Motta Cavalcante - Diretora



**MINISTÉRIO DA INTEGRAÇÃO REGIONAL  
SUPERINTENDÊNCIA DO DESENVOLVIMENTO DA AMAZÔNIA**

**PROGRAMA DE INTEGRAÇÃO INTRARREGIONAL DA AMAZÔNIA:  
DIAGNÓSTICOS E PROJETOS**

**BELÉM  
2012**

**Superintendência do Desenvolvimento da Amazônia – SUDAM**

**Tv. Antonio Baena 1113. Belém, Pará, Brasil.**

**CEP: 66.093-550**

[www.sudam.gov.br](http://www.sudam.gov.br)

### **EQUIPE TÉCNICA DA SUDAM RESPONSÁVEL PELO ESTUDO**

**Rinaldo Ribeiro Moraes** – Economista, doutor . (Coordenador).

**Elizete dos Santos Gaspar** – Economista, doutora.

**Narda Margareth Carvalho Gomes Souza** – Pedagoga, doutora.

**Edelvira Maria Sinimbu de Lima Damasceno** – Engenheira Agrônoma, mestra.

### **COLABORADORES DA SUDAM**

**Lúcio Rodrigues Macedo** – Engenheiro Agrônomo.

**Jorge Antônio das Neves Valente** – Engenheiro Civil.

**Francisco Doriney de Souza** – Engenheiro Agrônomo

**NORMALIZAÇÃO:** Biblioteca SUDAM

Superintendência do Desenvolvimento da Amazônia.

Programa de Integração Intrarregional da Amazônia:  
Diagnósticos e projetos / Superintendência do Desenvolvimento. -  
Belém: 2012.

44 p. : il.

1. Desenvolvimento Regional – Amazônia 2. Integração Regional  
- Amazônia 3. Mercado Regional - Amazônia I . Título.

CDU – 339. 3 (811)

## LISTA DE TABELAS

Tabela 1	Relação de entradas e saídas de mercadorias do Estado do Acre - 2010	18
Tabela 2	Transação regional do Estado do Acre em relação ao restante do país – 2010	19
Tabela 3	Principais compradores e vendedores de mercadorias do Estado do Acre – 2010	20
Tabela 4	Relação de entradas e saídas de mercadorias do Estado do Amapá no mercado amazônico - 2010	22
Tabela 5	Transação regional do Estado do Amapá e de entradas e saídas em relação ao restante do país – 2010	23
Tabela 6	Principais compradores e vendedores de mercadorias do Estado do Amapá – 2010	24
Tabela 7	Relação de entradas e saídas de mercadorias do Estado do Amazonas no mercado amazônico - 2010	26
Tabela 8	Transação regional do Estado do Amazonas de entradas e saídas em relação ao restante do país – 2010	27
Tabela 9	Principais compradores e vendedores de mercadorias do Estado do Amazonas – 2010	28
Tabela 10	Relação de entradas e saídas de mercadorias do Estado do Maranhão no mercado amazônico - 2010	30
Tabela 11	Transação regional do Estado do Maranhão de entradas e saídas em relação ao restante do país – 2010	31
Tabela 12	Principais compradores e vendedores de mercadorias do Estado do Maranhão – 2010	32
Tabela 13	Relação de entradas e saídas de mercadorias do Estado de Mato Grosso no mercado amazônico - 2010	34
Tabela 14	Transação regional do Estado do Mato Grosso de entradas e saídas em relação ao restante do país – 2010	35
Tabela 15	Principais compradores e vendedores de mercadorias do Estado do Mato Grosso – 2010	36
Tabela 16	Relação de entradas e saídas de mercadorias do Estado de Pará no mercado amazônico – 2010	38

Tabela 17	Transação regional do Estado do Pará de entradas e saídas em relação ao restante do país – 2010	39
Tabela 18	Principais compradores e vendedores de mercadorias do Estado do Pará – 2010	40
Tabela 19	Relação de entradas e saídas de mercadorias do Estado de Rondônia no mercado amazônico - 2010	42
Tabela 20	Transação regional do Estado de Rondônia de entradas e saídas em relação ao restante do país – 2010	43
Tabela 21	Principais compradores e vendedores de mercadorias do Estado de Rondônia – 2010	45
Tabela 22	Relação de entradas e saídas de mercadorias do Estado de Tocantins no mercado amazônico - 2010	46
Tabela 23	Transação regional do Estado de Tocantins de entradas e saídas em relação ao restante do país – 2010	47
Tabela 24	Principais compradores e vendedores de mercadorias de Tocantins – 2010	47

## LISTA DE SIGLAS

ICMS	Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Prestação de Serviços
IDH	Índice de Desenvolvimento Humano
PIB	Produto Interno Bruto
SEFA	Secretaria de Fazenda
SEFAZ	Secretaria de Fazenda
SUDAM	Superintendência do Desenvolvimento da Amazônia
SUFRAMA	Superintendência da Zona Franca de Manaus

## SUMÁRIO

<b>APRESENTAÇÃO</b>	<b>7</b>
<b>INTRODUÇÃO</b>	<b>8</b>
<b>PARTE 1 DIAGNÓSTICO DO COMÉRCIO INTRARREGIONAL</b>	<b>10</b>
1.1. DESENVOLVIMENTO REGIONAL RECENTE EM UM MUNDO GLOBALIZADO	10
1.2. METODOLOGIA	15
1.3. RELAÇÕES COMERCIAIS INTRA E INTER-REGIONAL	16
<b>PARTE 2 PROJETOS DE INTEGRAÇÃO COMPETITIVA REGIONAL</b>	<b>36</b>
2.1. PROJETO 1 - PORTAL DE INTEGRAÇÃO E COMPETITIVIDADE REGIONAL	37
2.2. PROJETO 2 - FEIRA DE INTEGRAÇÃO E COMPETITIVIDADE REGIONAL	38
2.3. PROJETO 3: INTEGRAÇÃO LOGÍSTICA DE TRANSPORTE DA AMAZÔNIA	40
<b>PARTE 3 CONSIDERAÇÕES FINAIS</b>	<b>42</b>
<b>REFERÊNCIAS</b>	<b>43</b>

## APRESENTAÇÃO

Este programa representa a continuação dos esforços da SUDAM na implementação de um mercado amazônico mais dinâmico, sustentável e competitivo. A tese levantada aqui é que tudo isto pode tornar-se factível e efetivo se ocorrer, de fato, a integração comercial entre os estados da própria Amazônia Legal.

O momento é propício para o estudo, pois a economia brasileira, nos últimos 10 anos, vem se alinhando aos preceitos concretos de uma macroeconomia local mais dinâmica – maior formação bruta de capital fixo que alimenta os investimentos privados provocando, assim, maior produção e maior renda além da melhora, também, dos ganhos relativos da massa salarial.

Os Estados da Amazônia brasileira também estão vivenciando esse padrão de evolução na dinâmica da macroeconomia nacional e experimentando a melhora nos seus indicadores econômicos e sociais - mais isto é pouco. De fato, mesmo, os desafios amazônicos ainda são maiores que a média nacional e precisam, urgentemente, ser vencidos para que se tenha, então, um país menos desigual regionalmente.

O programa lançado contempla um estudo-diagnóstico e três projetos com a intenção concreta de integrar comercialmente e de forma competitiva a Amazônia ao restante do Brasil e ao mundo globalizado. O estudo buscou analisar a situação de cada estado da Amazônia Legal – com exceção de Roraima que não conseguiu encaminhar as informações a tempo – no que diz respeito a economia estadual e de seu processo de integração econômica regional. A segunda parte são os projetos que já estão em andamento para atenuar a hipótese confirmada – que pouquíssimos estados da Amazônia comercializam entre si. É como se, de fato, muitos estados estivessem de costa um para o outro na maior região do Brasil.

Os projetos, por ordem, são: 1) Portal de Integração e Competitividade Regional, 2) Feira de Integração e Competitividade Regional e 3) Integração Logística de Transporte da Amazônia– este último focando a implementação do planejamento estratégico da infra-estrutura de transporte e logística de cargas da Amazônia Legal.

A proposta deste programa é, portanto, de lançar a Amazônia, efetivamente, nos paradigmas da integração mercadológica e da competitividade sistêmica com vistas ao alcance do padrão de desenvolvimento desejado pela SUDAM e por todos os outros *stakeholders* regionais – um desenvolvimento incluyente, de padrão sustentável, para a sociedade e igualmente atrativo para o setor produtivo.

Djalma Bezerra Mello  
SUPERINTENDENTE DA SUDAM



## INTRODUÇÃO

O século XX, na sua segunda metade, foi um divisor de águas na história econômica da Amazônia. Antes da década de 1960 os acontecimentos regionais ficavam restritos à economia da borracha que, de alguma forma, contribuiu para iniciar o processo de acumulação de capital principalmente nos estados do Pará e Amazonas. Após a década de 1960, mediante as contribuições da SUDAM, Banco da Amazônia e SUFRAMA, a região vai ganhando densidade no processo de acumulação e novas cidades e novos desafios passam a surgir.

Já neste século XXI é clara a percepção do potencial de desenvolvimento econômico da Amazônia. As singularidades – que podem ser entendidas em vantagens competitivas – são várias e tem o seu ponto de partida na abundante riqueza natural: biodiversidade, recursos minerais, água doce, além da localização estratégica pela proximidade com a Ásia (pelo Canal do Panamá) e América do Norte.

Todavia, também é notória a percepção que o desenvolvimento do mercado regional somente vai se efetivar quando os estados amazônicos melhorarem o grau de integração consigo mesmo. O que ocorre, na prática, é que boa parte dos estados da Amazônia desconhecem o potencial de possibilidades mercadológicas dos outros vizinhos – fato que, com efeito, encarece o preço final das mercadorias quando realizada a precificação.

O programa de integração regional é uma proposta alinhada com o Plano Regional de Desenvolvimento da Amazônia (PRDA) – plano este aprovado neste ano de 2012 pelo CONDEL/SUDAM no qual os nove estados que compõe a Amazônia Legal tem assento. O objetivo do Programa é de diagnosticar a questão da integração do mercado amazônico e, partir das constatações feitas, lançar projetos que contribuam para tornar a região mais integrada, competitiva e aberta aos mercados e suas inovações.

Não se tem aqui, vale dizer, a pretensão de apreciar os dogmas Smithianos das vantagens comparativas absolutas de uma economia fechada. A tese que se contempla aqui é o de mercado aberto, mas que o desenvolvimento econômico e social local somente pode ser alcançado quando corroborado por um conjunto de políticas que tem seus fundamentos percebidos pelas parcerias estratégicas e a integração dos mercados.

As perguntas que deram origem ao trabalho são essas: como os estados que fazem parte da Amazônia Legal estão conectados comercialmente? Há um sentido efetivo de integração nas suas relações de compra (entradas) e vendas (saídas) de mercadorias e serviços?

Este programa representa, então, a continuação dos esforços da SUDAM na implementação de um mercado amazônico mais dinâmico, sustentável e competitivo. A tese levantada aqui é que tudo isto pode tornar-se factível e efetivo se ocorrer, de fato, a integração comercial entre os estados da própria Amazônia Legal.

O estudo proposto contempla três partes. Na primeira se tem o diagnóstico do comércio exterior com destaque o referencial teórico, a metodologia e as relações comerciais dos estados da Amazônia Legal – entre si e com o restante do Brasil. A segunda parte trata dos projetos de integração – Portal, Feira e o Integração Logística da Amazônia . O terceiro capítulo faz menção às considerações finais.

## PARTE I – DIAGNÓSTICO DO COMÉRCIO INTRA-REGIONAL

Esta primeira parte trata do diagnóstico necessário à compreensão e efetivação do programa – ora, é de bom alvitre que todo programa tenha diagnósticos e projetos a serem implementados. Esta parte começa com um referencial teórico – uma breve discussão acerca do desenvolvimento regional em um mundo globalizado. A segunda parte foca a metodologia desta parte do estudo e a terceira trata, especificamente, do comportamento de cada estado da Amazônia Legal no contexto das relações de troca comerciais com a região em si e o restante do Brasil. Ficou de fora apenas o Estado de Roraima – e neste caso as informações não chegaram a tempo.

### 1.1. DESENVOLVIMENTO REGIONAL RECENTE NO MUNDO GLOBALIZADO

Um dos grandes desafios do Estado brasileiro neste início do século XXI é a consolidação de ações eficazes de integração e desenvolvimento nacional para melhor enfrentar um contexto cercado de mudança e transformação em nível global. E as urgências são muitas, pois o mundo globalizado fortemente marcado por incertezas, constantes crises e processos inovativos vem obrigando, em larga escala, tanto o universo empresarial quanto os governos a reverem seus conceitos de gestão de desenvolvimento.

Na prática, o que se pode perceber é que este ambiente de mudança e de novos paradigmas vem provocando, na Administração Pública, novas exigências na relação governo x sociedade, onde os focos passam a ser o alinhamento de noções e ações de cooperação, articulação, envolvimento e negociação, favorecendo o aparecimento de novos papéis, “[...] em que nem o Estado seja o protagonista que exclua os demais personagens, nem o cidadão exista para meramente cumprir um papel passivo em seu triplo caráter de eleitor, contribuinte ou usuário de serviços [...]” (OSZLAK, 1997, p.101).

O que se verifica, então, é que o governo brasileiro está avançando ao utilizar-se de novas formas de gestão, com vistas a reafirmar o coletivo, pois além de lhe fortalecer e o legitimar, *empodera* seus cidadãos e contribui para enraizar a noção de pertencimento, criando massa crítica comprometida a atingir diferentes resultados públicos. A integração tratada neste trabalho busca a convergência de planos, agregação de valores e fortalecimento das ações e instituições, pois é na

própria sociedade que surgem as forças que a movimentam e é dela mesma que emerge a necessidade de se buscar conhecimento, alternativas, melhorias e soluções (BOURGON, 2010).

Para Boisier (1992) a sociedade já avançou consideravelmente ao perceber a importância da integração e das negociações nas relações sociais para o processo de desenvolvimento de seu espaço físico e da redução das disparidades, sendo, assim, o principal agente de transformação e evolução. O desafio, neste sentido, continua sendo a integração econômica.

Em uma região de amplitude continental como a Amazônia, com tantos significados, potencialidades e interesses em nível global, os desafios são ainda maiores, havendo a necessidade de mudanças estratégicas radicais, que impõe uma agenda nacional de integração representativa e compromissada, associando múltiplas variáveis como a social, a ambiental, a política, a cultural e a econômica. Na verdade, a questão da integração é um processo contínuo de articulação rumo à construção de um bloco coeso envolvendo as demais regiões que compõem a federação.

Tamanhos são os desafios, portanto, que se apresentam, principalmente se forem levados em consideração os fatores históricos, econômicos e políticos, que fazem com que a Região Amazônica seja objeto de cobiça e disputas acirradas, na maioria das vezes, irresponsáveis, ocasionadas pela incessante busca do homem por recursos naturais para fins eminentemente econômicos. Ou ainda, fruto de intervenções governamentais equivocadas, provocando sérios impactos ambientais, conflitos sociais e elevação das desigualdades, com perdas consideráveis para o conjunto da nação.

Resgatando alguns acontecimentos ocorridos no cenário brasileiro, nas décadas de 1950 e 1960, administração federal entendia que o desenvolvimento de uma nação só seria alcançado pela via econômica, com investimento maciço em infra-estrutura e em indústrias de base, com a participação direta do Estado – o chamado Estado Desenvolvimentista – seguido de uma política integracionista rumo a mercados internacionais sob a tutela do Estado, estratégia essa, adotada pelo governo militar para alavancar a economia. Foi somente a partir da década de 1970, que temas de cunho social, como saúde e educação, passaram a fazer parte das agendas públicas (ZAPATA, 2000)

Salvaguardando as limitações passadas, como a falta de dados em virtude da inexistência de estudos aprofundados da região, logística estatal deficitária, tecnologia incipiente e a precariedade dos sistemas de transportes e de comunicação (ALMEIDA, 2004), a região era pensada de forma compacta e uniforme, tendo como prioridade intervir sobre as áreas que melhor respondessem aos interesses econômicos previstos nas políticas governamentais, sem levar em consideração se tais intervenções provocariam impactos negativos ao meio ambiente e a população local.

No entanto, o que se percebe, é que a ineficiência de modelos de desenvolvimento

empregados na região, para fins eminentemente econômicos, com uma lógica concentradora, reducionista, agressiva e por vezes, tendenciosa, não geraram desenvolvimento e nem elevaram a qualidade de vida da população. Também não materializaram a integração dos mercados. De qualquer forma, o contexto atual pressiona no sentido de que novos caminhos sejam percorridos, tornando, esses modelos, mais um capítulo nos anais da história.

De fato, a pouca importância dada à Amazônia, vista mais como um território inerte, onde ocorrem somente às dinâmicas de mercado, centradas em investimentos externos, fluxo de capitais e das relações inerentes ao convívio social, estão sim, dando lugar ao reconhecimento de sua importância em cenários bem mais amplos, quebrando com isso, antigos conceitos e paradigmas. Isto é, enxergar a região como um espaço dinâmico que tem vida própria e aberto para abrigar as decisões supranacionais, podendo funcionar como um elo integrador do mercado brasileiro no cenário geopolítico internacional.

Coerentemente, as implicações provocadas por tantos desacertos, descaminhos e ideias romantizadas, cometidas em nome da ocupação, da integração e do crescimento regional, precisam ser revistas rumo a um processo de reconstrução da própria soberania do Governo Federal nessa região, sendo assim, imprescindível, a cooperação irrestrita entre os governos federal, os Estados da região e seus municípios.

A questão, portanto, de integração de mercados – e no nosso caso aqui a integração do mercado amazônico - é um processo complexo e sem opções simples. Porém viável – isto, vale dizer, na medida em que as propostas e sua concretude estejam na mesma envergadura que a região requer, e que vise dinamizar e articular suas estruturas e instituições, para competir com eficácia nos cenários nacional e internacional.

Na verdade, a integração e a cooperação intergovernamental são medidas seguras e ao alcance dos Estados da região amazônica, mesmo que complexas, favorecendo a construção de um ambiente amazônico fortalecido e organizado, reduzindo as dificuldades e as disparidades, pois “[...] no século 21, para que as cidades cumpram seu papel dinamizador do desenvolvimento regional, será necessário intensificar suas relações de mutualidade em redes, vale dizer sua conectividade [...]”(ZAPATA, 2000, p.44).

Hoje, as resposta a problemas ou a situações conflitantes existentes em um território, sinalizam para a observância de questões-chave que podem ser determinadas dentro de seu próprio espaço geográfico e não de forma exógena, como até então era visto, desde que sejam identificados e multiplicados fatores decisivos para o seu pleno desenvolvimento, como: as formas de produção,

o capital social, as pesquisas, o conhecimento, as inovações, as informações e as instituições (CORREA, 2003), e principalmente:

[...] centrado nas comunidades locais, rurais e urbanas, que poderão passar a desenvolver estratégias e criar ou captar meios para implementar processos permanentes de mobilização, organização e endogeneização de capacidades, competências e habilidades da comunidade [...] (p.126)

Acreditar que a região é, sim, dotada de inúmeras possibilidades e que seus entes federados podem elaborar e executar ações voltadas ao seu fortalecimento, crescimento econômico, melhorias em suas relações interorganizacionais e qualificações de suas estruturas internas (AMARAL FILHO, 1996), com condições de atingir um desenvolvimento acelerado e equilibrado, marcando sua posição em qualquer cenário e em qualquer contexto.

A teoria do desenvolvimento endógeno enriquece essa reflexão ao defender a consolidação de um desenvolvimento originalmente local, mediante a execução de políticas de fortalecimento e qualificação das estruturas internas, proporcionando, assim, condições sociais e econômicas para a geração e atração de novas atividades produtivas, dentro da perspectiva de uma economia aberta, entendendo que é da própria sociedade que surgem as forças que a movimenta, e é dela mesma que emergem as soluções e a busca do conhecimento (BARQUERO, 2002).

O Plano Amazônia Sustentável (PAS), especificamente no capítulo destinado a Gestão (BRASIL, 2008, cap.5), prevê que a efetivação do Plano só será possível se os seus preceitos forem internalizados e compartilhados pelos diferentes níveis governamentais, estados federados que compõem a região, sociedade civil e setor privado. No entanto, não é uma tarefa das mais simples, pois “[...] envolve processos gradativos de aprendizagem e de mudança de antigas “culturas organizacionais”, mas diante de sua relevância, esta internalização não pode ser subestimada e nem negligenciada [...]” (CGEE, 2009, p.91).

As ações integrativas entre as economias dos Estados da região devem, portanto, fornecer elementos que orientem novas metas a serem alcançadas, exigindo mais estudos e a aplicação efetiva dos diferentes instrumentos de incentivos existentes. É um processo ininterrupto, mas que será facilitado se as alianças entre os Estados forem uma prática, legitimando, assim, a própria gestão governamental, as políticas públicas e os mecanismos de intervenção na Amazônia. Além disso, serão mais eficazes os combates ao desperdício, ao clientelismo e a perda econômica e social que a região enfrenta dentro da própria nação.

Nesse sentido, é importante que os Estados da região e seus respectivos municípios, construam situações integrativas e de consenso, rompendo com as visões segmentadas, que

impedem a convergência dos interesses em prol da região, pois, invariavelmente, existem pressões sociais, políticas e econômicas, muito mais implícitas do que explícitas, permeando esse jogo de interesses em torno da aura do desenvolvimento. Alain Touraine (1978, p.26) alerta para o fato de que “[...] o modo de desenvolvimento é antes de tudo o resultado de relações políticas. Não se trata jamais de maximizar, sim de otimizar, e mais modestamente, de encontrar saídas entre as pressões que se superpõem [...]”.

Há que se ressaltar nesta reflexão, que a execução de políticas de fortalecimento e qualificação das estruturas internas da sociedade, voltadas à consolidação de um desenvolvimento originalmente local, é um processo lento, muito mais para os municípios dessa região, mas não impossível. No entanto, já se observa nos municípios amazônicos a procura pelo estabelecimento de parcerias e alianças entre eles, visando alcançarem o desenvolvimento e o crescimento econômico, com responsabilidade socioambiental.

Nesse contexto, os governos da região devem voltar-se à implementação de ações que modernizem a máquina estatal visando equacionar as assimetrias e os entraves, decorrentes dos excessos burocráticos, redirecionando-as com base em metas e resultados, uma vez que, já é consenso dentro das organizações públicas contemporâneas, o entendimento de que, quanto mais preparada estiverem, planejando estrategicamente suas ações, maior será a presença soberana do Estado na região.

Ao refletir sobre os novos caminhos para se alcançar uma economia saudável e exitosa, mencionamos o fato de que as transformações vêm ocorrendo em ritmo acelerado – fatos esses que exigem por parte do gestor público rapidez e flexibilidade na tomada de decisão e disseminação de conhecimento, evitando, assim, ações isoladas e sem efeito multiplicador.

De tal modo, a desarticulação e o distanciamento entre os Estados amazônicos são fatores impeditivos que precisam ser superados, necessitando de ações e instrumentos de integração eficazes que dinamizem e estreitem as relações e as dinâmicas de trocas existentes, sendo imprescindível,

[...] um melhor aproveitamento das tecnologias da informação e de comunicações, para que se rompa o círculo vicioso derivado do relativo isolamento regional atual e se lance as bases para um círculo virtuoso de comunicação e cooperação em tempo real que permita a geração de conhecimento, a transferência tecnológica e o desenvolvimento regional. [...] (ACADEMIA BRASILEIRA DE CIÊNCIAS, p.19).

Na Amazônia princípios como confiança, descentralização das decisões, ações integradoras e

negociação, exigem formas flexíveis de gestão, mobilização do meio político e otimização dos recursos financeiros, suficientes para conter ações incoerentes, medidas intempestivas e, ainda, as fronteiras móveis que só fazem aumentar a ação antrópica, dilapidando o patrimônio natural e aumentando os bolsões de pobreza, tão presentes nessa região.

Ademais, a falta de uma logística adequada, somada a carência em energia, transporte e de infra-estrutura de base, exigem a total conexão entre os seus Estados, em um esforço concentrado em favor do coletivo, baseado nos princípios de sustentabilidade, destacando-se aspectos de equidade social, prudência ambiental, rearranjos institucionais e crescimento econômico.

## 1.2. METODOLOGIA

A pesquisa foi realizada nos nove estados da Amazônia Legal – área determinada para a atuação da SUDAM. Por Amazônia Legal entenda-se uma área que engloba nove estados brasileiros abrangendo os seguintes: Acre, Amapá, Amazonas, Mato Grosso, Pará, Rondônia, Roraima e Tocantins e parte do estado do Maranhão (a oeste do meridiano de 44° de longitude oeste), perfazendo uma superfície de aproximadamente 5.217.423 km<sup>2</sup> correspondente a cerca de 61% do território brasileiro.

Por questão de abrangência espacial não utilizaremos no texto a expressão Região Norte – que podemos entender se tratar de sistema espacial menor e localizado no ecossistema da Amazônia Legal e que corresponde a uma das cinco regiões brasileiras, sendo a mais extensa delas, com uma área de 3.869.637 km<sup>2</sup>.

As informações utilizadas no trabalho foram fornecidas pelas unidades federativas (mediante as suas secretarias de fazenda) em dois conjuntos de planilhas: um relativo às entradas e outro referente a saídas interestaduais de mercadorias, de bens ou a aquisições de serviços. Os dados priorizaram as transações interestaduais tributadas pelo Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços (ICMS) que mostra os valores comercializados.

### 1.3. RELAÇÕES COMERCIAIS INTRA E INTER-REGIONAL

Esta parte do texto trata das relações comerciais estabelecidas entre os estados da Amazônia Legal – entre si e com o restante do Brasil. As categorias utilizadas na análise são as entradas e saídas que correspondem, respectivamente, as compras e vendas de mercadorias tributadas pelo Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços (ICMS).

#### 1.3.1. Estado do Acre

O Acre é um dos 27 estados brasileiros, sendo o 15º em extensão territorial. Apresenta uma superfície de 164.221,36 Km², correspondente a 1,92% do território nacional e até 2010 era habitado por 733.559 pessoas, conforme dados divulgados em 2010 pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE, 2010). .

A economia do Acre baseia-se no extrativismo vegetal, sobretudo na exploração da borracha, que foi responsável pelo povoamento da região através dos seus rios – Purus e Juruá. Mais recentemente a madeira ganha destaque sendo, inclusive, o principal produto de exportação do estado, que também é grande produtor de castanha-do-pará, fruto do açaí e óleo da copaíba.

Podemos dizer que o setor dinâmico da economia acreana, atualmente, a partir do extrativismo, é o beneficiamento de produtos oriundos dos recursos da floresta – o que equivale dizer que é uma proximidade efetiva com a questão do desenvolvimento sustentável. A base da agricultura se faz, portanto, presente, através do cultivo da mandioca, arroz, feijão, milho, frutas e cana-de-açúcar.

A indústria no Estado, que atualmente apresenta dois grandes polos econômicos – Vale do Rio Juruá e Vale do Rio Acre – ainda é tímida, mesmo assim consegue prover de destaque os seguintes segmentos: madeireiro, alimentício, cerâmico, têxtil e mobiliário. No geral, o Vale do Rio Acre, que abriga a capital Rio Branco, é o mais industrializado do Estado, pois possui maior grau de mecanização e modernização. Na prática, isto equivale a um potencial nas atividades agrícolas tornando-se, portanto, competitivo na produção de borracha e alimentos tais como mandioca, arroz, milho, frutas, etc.

Dentro de um contexto de relações de troca internacionais, o Estado desenvolve também tímidas relações de comércio que se alinham às suas vantagens competitivas. Exporta, neste sentido, produtos como madeira compensada e perfilada, madeira serrada ou em folha, frutas e outros. Do

lado da importação, os destaques variam de avião, peças de motor, máquinas e equipamentos, papel, bronze e outros.

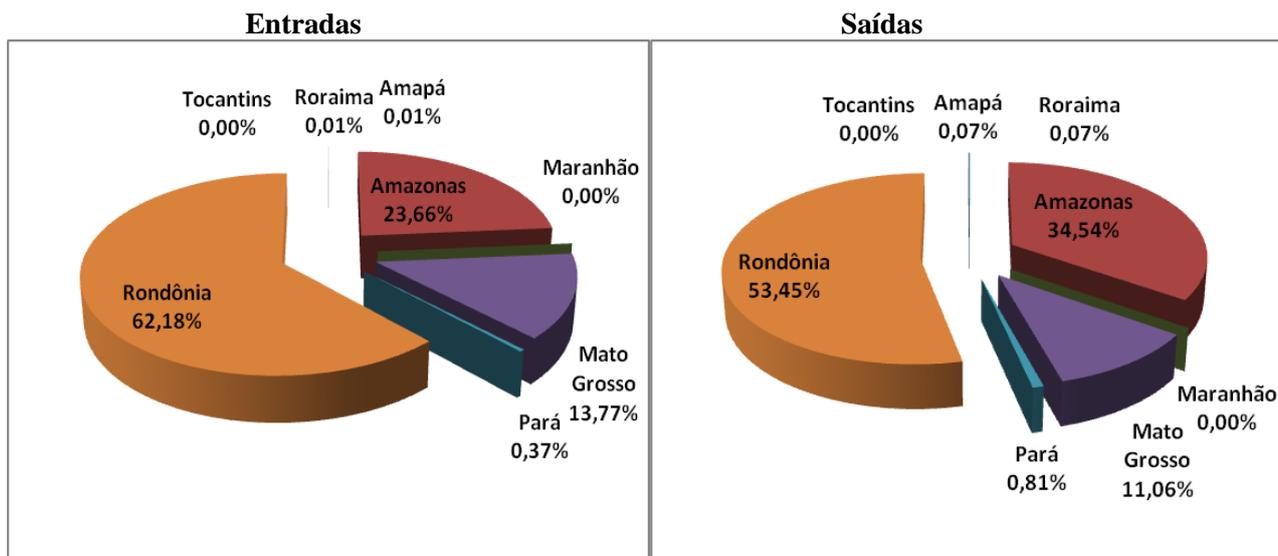
Do lado do comércio intrarregional, portanto com os estados amazônicos, as relações intensas de entradas e saídas de mercadorias se concentram em poucos estados – o que na prática equivale a uma fragilidade mercadológica de integração. Conforme Tabela 1, do lado das compras (entradas) de mercadorias, as relações são intensas com Rondônia (62,18%), Amazonas (23,66%) e Mato Grosso (13,77%). Do outro lado, pode-se dizer que inexistem compras de mercadorias oriundas dos Estados do Amapá, Maranhão, Tocantins, Roraima e Pará.

Do lado das vendas de mercadorias, suas saídas, o Estado do Acre escoia sua produção local para, novamente, Rondônia (53,45%), Amazonas (34,54%) e Mato Grosso (11,06%). Da mesma forma que dito antes, praticamente nada do que se produz no Estado se direciona para Roraima, Pará, Maranhão e Amapá.

Tabela 1: Relação de entradas e saídas de mercadorias do Estado do Acre - 2010

<b>Amazônia Legal</b>	<b>Entradas (R\$)</b>	<b>%</b>	<b>Saídas (R\$)</b>	<b>%</b>
Amapá	76.144,06	0,01	269.869,02	0,07
Amazonas	354.356.368,32	23,66	129.139.819,74	34,54
Maranhão	-	0,00	-	0,00
Mato Grosso	206.228.233,81	13,77	41.367.676,17	11,06
Pará	5.480.312,82	0,37	3.016.992,12	0,81
Rondônia	931.058.982,44	62,18	199.813.049,33	53,45
Roraima	219.790,95	0,01	253.907,73	0,07
Tocantins	-	0,00	-	0,00
<b>TOTAL REGIONAL</b>	<b>1.497.419.832,40</b>	<b>100</b>	<b>373.861.314,11</b>	<b>100</b>

## Distribuição de entradas e saídas de mercadorias do Estado do Acre



Fonte: Secretaria da Fazenda do Estado do Acre, 2011.  
 (---) Sem dados dos estados do Maranhão e Tocantins.  
 Elaboração própria.

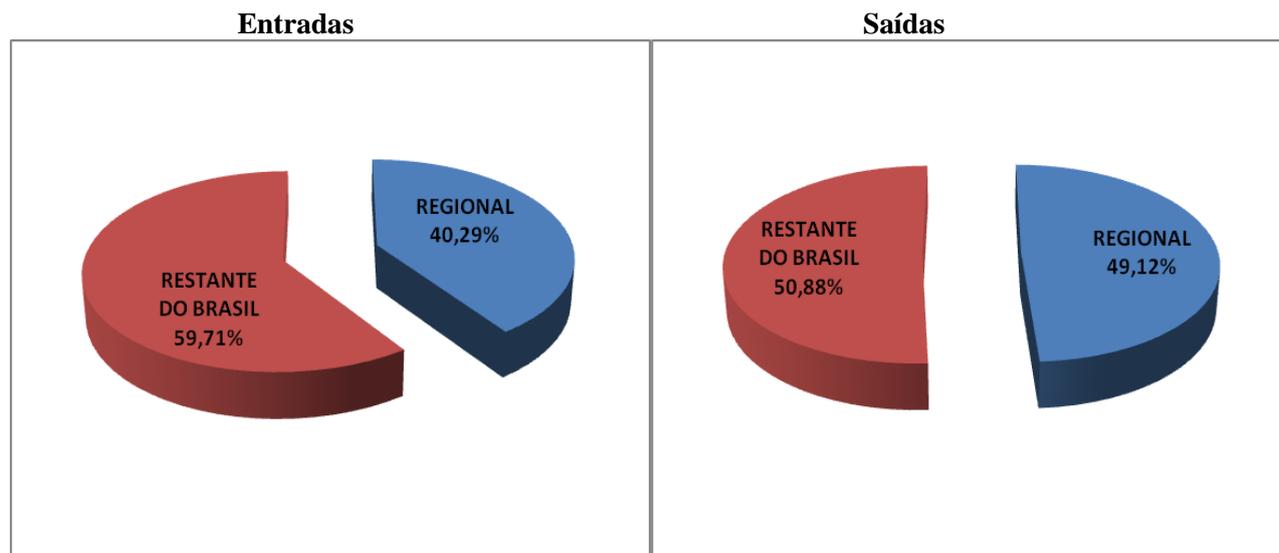
A Tabela 2 registra o montante das transações realizadas pelo Estado do Acre dentro de um contexto regional e com o restante do país. Do lado das compras, os dados demonstram que o Estado do Acre comprou em 2010 pouco mais de 40% do volume global de mercadorias – contra 60% do restante do País. Do lado das vendas, também o Estado direcionou a maior parte de sua produção para o restante do Brasil – o que não sinaliza, na prática, uma imersão de integração efetiva.

Tabela 2: Transação regional do Estado do Acre em relação ao restante do país – 2010.

Amazônia Legal	Entradas (R\$)	%	Saídas (R\$)	%
REGIONAL	1.497.419.832,40	40,29	373.861.314,11	49,12
RESTANTE DO BRASIL	2.218.802.015,92	59,71	387.187.699,29	50,88
<b>TOTAL</b>	<b>3.716.221.848,32</b>	<b>100,00</b>	<b>761.049.013,40</b>	<b>100,00</b>

Fonte: Secretaria da Fazenda do Estado do Acre, 2011.  
 Elaboração própria.

## Transação regional do Estado do Acre em relação ao restante do país – 2010



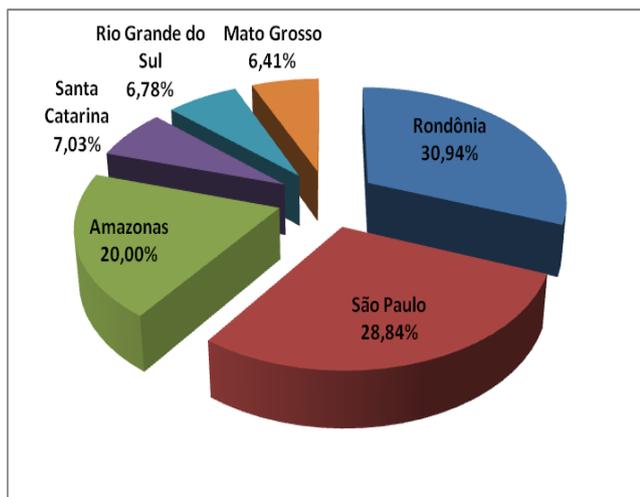
Avançando para um sentido mais amplo da questão do comércio, agora inter-regional, a tabela 3 mostra os principais estados com os quais o Estado do Acre desenvolve relações comerciais. Primeiramente, do lado dos compradores, aparecem três estados da Amazônia – Rondônia (primeiro lugar), Amazonas (terceiro lugar) e Mato Grosso (sexto lugar). Do lado dos principais vendedores, novamente aparece Rondônia, Amazonas e Mato Grosso – agora nas segundas, terceiras e quarta posições, respectivamente. São Paulo e Rio Grande do Sul aparecem, por sua vez, os estados brasileiros com bastante inserção mercadológica no referido estado.

Tabela 3: Principais compradores e vendedores de mercadorias do Estado do Acre – 2010.

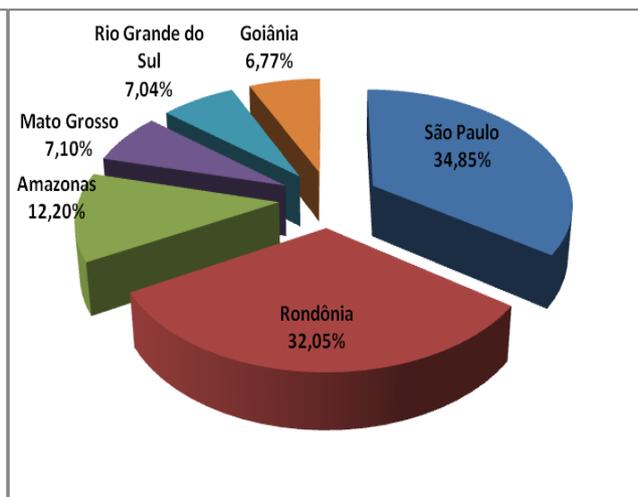
Principais compradores	R\$	%	Principais vendedores	R\$	%
Rondônia	199.813.049,33	30,94	São Paulo	1.012.606.558,16	34,85
São Paulo	186.239.910,32	28,84	Rondônia	931.058.982,44	32,05
Amazonas	129.139.819,74	20,00	Amazonas	354.356.368,32	12,20
Santa Catarina	45.387.903,46	7,03	Mato Grosso	206.228.233,91	7,10
Rio Grande do Sul	43.760.263,82	6,78	Rio Grande do Sul	204.543.514,24	7,04
Mato Grosso	41.367.676,17	6,41	Goiânia	196.637.297,09	6,77
<b>TOTAL PARCIAL</b>	<b>645.708.622,84</b>	<b>100,00</b>	<b>TOTAL PARCIAL</b>	<b>2.905.430.954,16</b>	<b>100,00</b>

Fonte: Secretaria da Fazenda do Estado do Acre, 2011.  
Elaboração própria

### Principais compradores



### Principais vendedores



### 1.3.2. Estado do Amapá

Localizado na vasta região amazônica, o Estado do Amapá é banhado a leste pelo Oceano Atlântico e pelo braço norte do rio Amazonas. O seu litoral, com 242 Km de extensão, vai do Cabo Orange ao Cabo Norte, isto é, da foz do rio Oiapoque à foz do rio Amazonas. Possui uma extensão territorial de 142.827,897 Km<sup>2</sup> e população de 669.526 habitantes, conforme dados divulgados em 2010 pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE).

No contexto da formação da riqueza nacional, a participação do Amapá no Produto Interno Bruto (PIB) em 2008 foi de 0,2%. A composição do PIB amapaense, por setores dinâmicos da economia, é a seguinte: agropecuária (4,3%) indústria (9,9%) e serviços (85,8%). As atividades mais dinâmicas do estado são a mineração, indústria do pescado e produtos da madeira – em que pese o setor de serviços ser o mais o mais robusto.

A atividade agropecuária, conforme quantificado acima é pouco desenvolvida o que equivale a dizer que a produção local não é suficiente para suprir a demanda estadual – o que na prática, conforme se verá nas tabelas, provoca uma necessidade de importar boa parte dos alimentos consumidos pela população.

A indústria do pescado exerce grande participação na economia estadual. O Amapá é beneficiado pela existência de vários rios, que se transformam em vantagem locacional e

comparativa, proporcionando, então, assim, a realização dessa atividade. Os peixes mais abundantes na região são o filhote, a piramutaba, dourada, pirarucu, tambaqui, tucunaré, piranha, etc. Os crustáceos – caranguejo, camarão-rosa e camarão-de-água-doce – também são outro destaque do setor.

O setor madeireiro é o carro chefe do extrativismo vegetal – o que faz com que o setor seja dinâmico em virtude da densidade de sua floresta. As principais madeiras de valor comercial encontradas são: cedro, Angelim, andiroba, breu, macacaúba, maçaranduba, pau-mulato e sucupira. Outros importantes elementos do extrativismo vegetal são o palmito, a castanha-do-pará e o açaí.

O terceiro setor dinâmico é o mineral – com destaque para a exploração de ouro, caulim e manganês – o Amapá é um dos maiores produtores de manganês no Brasil. O manganês é a matéria-prima para a produção do aço. Ele é o responsável em dar liga aos componentes do aço. A maior parte do manganês extraído destina-se a essa finalidade.

O setor industrial não é muito desenvolvido no Estado sendo um dos grandes empecilhos a questão da infraestrutura, principalmente, no que tange a energia, comunicação e transporte. Suas exportações se concentram no ouro, madeira e minério – que sofrem, aqui, algum processo de transformação para serem considerados industriais. As importações ficam por conta de materiais eletrodomésticos, materiais de capital, bens de informática, entre outros.

Do lado regional, a relação comercial do Amapá se concentra fundamentalmente no Estado do Pará – tanto do lado das compras (entradas) quanto das saídas (vendas) de mercadorias. Do lado extremo, quase inexistente relação comercial com Maranhão, Mato Grosso, Tocantins, Acre e Roraima – é o que denota a tabela 4.

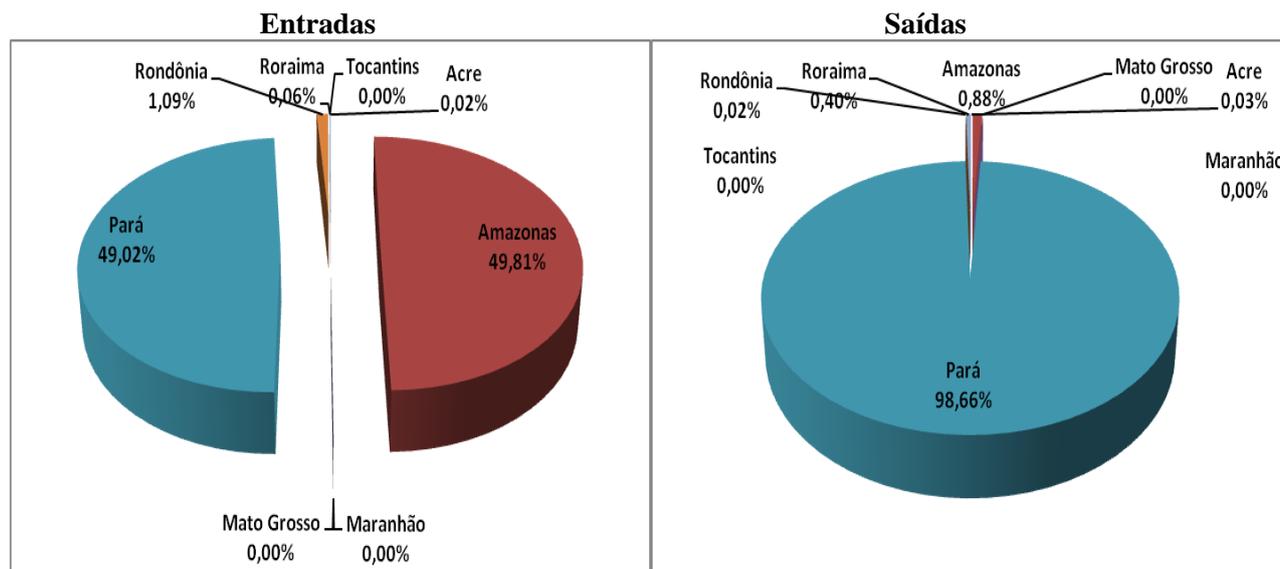
Tabela 4: Relação de entradas e saídas de mercadorias do Estado do Amapá no mercado amazônico – 2010

<b>Amazônia Legal</b>	<b>Entradas (R\$)</b>	<b>%</b>	<b>Saídas (R\$)</b>	<b>%</b>
Acre	15.952,71	0,001	63.258,28	0,03
Amazonas	50.218.619,10	13,65	2.188.434,77	0,88
Maranhão	-	0,00	-	0,00
Mato Grosso	-	0,00	-	0,00
Pará	49.417.426,24	86,25	244.213.439,15	98,62
Rondônia	1.101.498,80	0,10	59.282,79	0,06
Roraima	56.859,05	0,01	1.000.390,11	0,40
Tocantins	-	0,00	-	0,00
<b>TOTAL REGIONAL</b>	<b>1.100.810.355,90</b>	<b>100,00%</b>	<b>247.624.805,10</b>	<b>100,00%</b>

Fonte: : Secretaria da Fazenda do Estado do Amapá, 2011.

(---) Sem dados dos estados do Maranhão, Tocantins e Mato Grosso. Elaboração própria

## Relação de entradas e saídas de mercadorias do Estado do Amapá no mercado amazônico



Fonte: Secretaria da Fazenda do Estado do Amapá, 2011.

(---) Sem dados dos estados do Maranhão, Tocantins e Mato Grosso. Elaboração própria

A tabela 5 registra o quantitativo da relação de troca do estado do Amapá no contexto regional e nacional. Pelas informações coletadas, o Amapá é um estado que desenvolve intensas relações comerciais com outras Unidades da Federação principalmente nas entradas (compras de mercadorias) – e sua relação é mais acentuada com os outros estados que não pertencem à região amazônica, ou seja, 39% contra 61%.

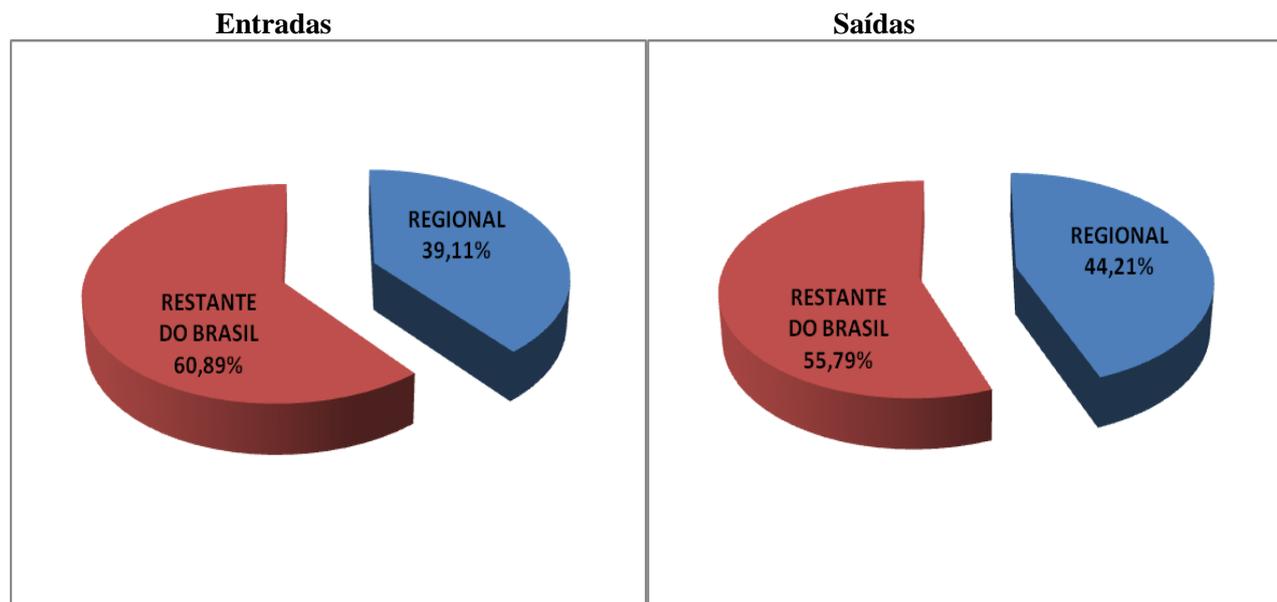
Tabela 5: Transação regional do Estado do Amapá e de entradas e saídas em relação ao restante do país – 2010

Amazônia Legal	Entradas (R\$)	%	Saídas (R\$)	%
REGIONAL	1.100.810.355,90	39,11	247.624.805,10	44,21
RESTANTE DO BRASIL	1.713.805.291,19	60,89	312.538.796,44	55,79
<b>TOTAL</b>	<b>2.814.615.647,09</b>	<b>100,00</b>	<b>560.163.601,54</b>	<b>100,00</b>

Fonte: Secretaria da Fazenda do Estado do Amapá, 2011.

Elaboração própria.

## Transação regional do Estado do Amapá e de entradas e saídas em relação ao restante do país



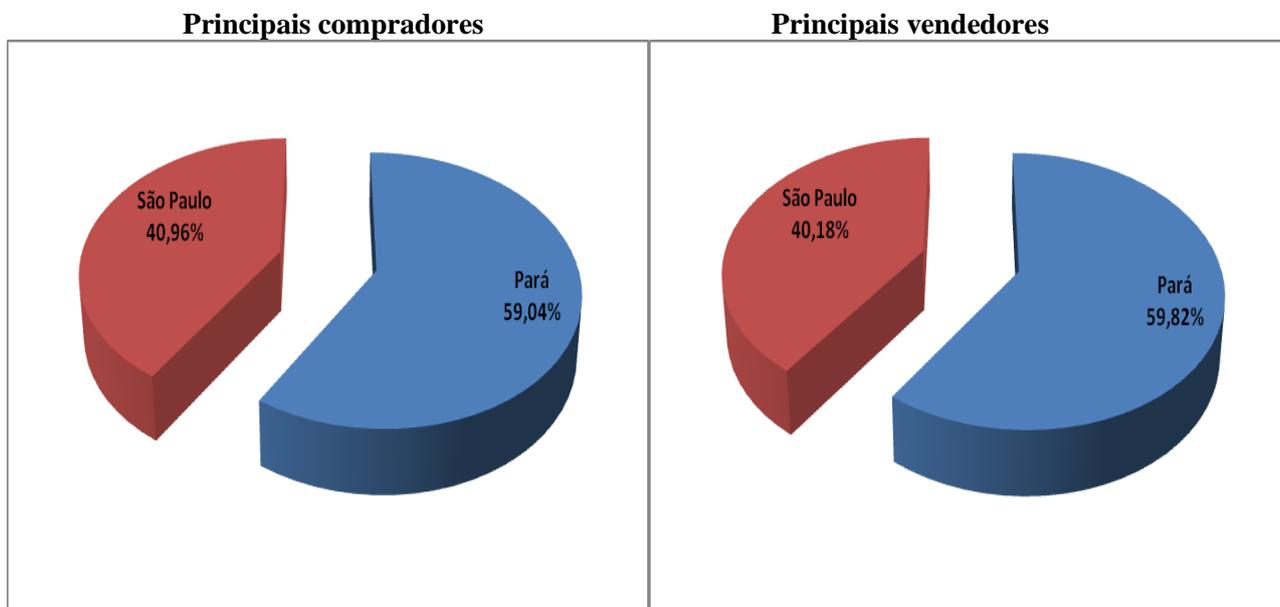
Fonte: Secretaria da Fazenda do Estado do Amapá, 2011.  
Elaboração própria.

Do lado das entradas, os maiores vendedores de mercadorias para o Amapá, depois do Pará, é São Paulo – 40,12%. No geral, o que se pode perceber, neste padrão de relação comercial, é que o Estado se encontra com uma balança comercial regional extremamente desfavorável – onde as entradas superam a saída de forma intensa. Pouco de fato, então, se produz de forma competitiva.

Tabela 6: Principais compradores e vendedores de mercadorias do Estado do Amapá – 2010

Principais compradores	R\$	%	Principais vendedores	R\$	%
Pará	244.213.439,15	59,04	Pará	949.417.426,24	59,82
São Paulo		40,96	São Paulo	637.653.169,10	40,18
	169.443.111,96				
<b>TOTAL PARCIAL</b>	<b>413.656.551,11</b>	<b>100,00</b>	<b>TOTAL PARCIAL</b>	<b>1.587.070.595,34</b>	<b>100,00</b>

Fonte: Secretaria da Fazenda do Estado do Amapá, 2011.  
Elaboração própria.



### 1.3.3. Estado do Amazonas

O Amazonas é o maior estado brasileiro e é um dos principais da vasta Região Amazônica. Possui mais de 1,5 milhão de Km<sup>2</sup> e ocupa mais de 18% do território nacional. Segundo IBGE (2010), a população do Estado é de 3.483.985 habitantes, sendo que 1.802.014 habitantes vivem em Manaus.

O Estado tem suas vias fundamentalmente servidas pelos rios, lagos e igarapés – e isto lhe conferiu uma grande vantagem competitiva na época da economia da borracha. É banhado, assim, pela bacia hidrográfica amazônica, que responde por aproximadamente 20% da água doce do planeta. Os principais rios são Negro (que banha a cidade de Manaus), Amazonas-Solimões, Madeira, Juruá, Purus, Içá, Uaupés e Japurá.

Por paradoxal que possa parecer, apesar da existência do polo industrial da Zona Franca de Manaus, a principal atividade econômica do Estado do Amazonas está vinculada às atividades primárias, que correspondem, em geral, a uma produção que agrega pouco valor ao produto. Então, as principais atividades econômicas praticadas no Estado são: extração vegetal, mineral e animal, denominados de extrativismo.

Os setores mais dinâmicos, no alinhamento com a Zona Franca de Manaus, podemos enumerar os seguintes: eletro-eletrônicos, informática e motocicletas (duas rodas). Outros ainda: fitoterápicos, tecnologia de informação, construção naval além do beneficiamento de alguns alimentos e minérios,

Do lado da extração mineral são obtidos, principalmente, calcário e estanho. Na extração vegetal existe a atividade madeireira, retirada de castanha-do-pará, coletas de frutas regionais e borracha. O destaque da extração animal é a pesca – fato inerente pela própria vantagem competitiva que lhe confere a natureza.

Na agricultura são produzidos em muitos dos seus municípios arroz, banana, laranja e mandioca. O destaque atualmente como fomentador da economia manauara é o turismo – especificamente o ecoturismo, sendo o segmento que mais cresce no Estado.

De forma geral, a participação do Estado no PIB nacional é de 2,0% sendo composto da seguinte ordem: agropecuário (3,6%), indústria: (69,9%) e serviços (26,5%). Nas exportações, um dos principais componentes da demanda agregada do Estado, os produtos com grande destaque são, principalmente, telefones, eletroeletrônicos, extrato, motos e autopeças, entre outros.

Do lado da relação comercial com os estados da Amazônia Legal, percebe-se, pela tabela 7, que o Estado do Amazonas ainda é um ente federado com balança comercial intrarregional bastante deficitária – suas saídas correspondem a pouco mais de 10% de suas entradas quando visto pelo lado do ICMS. Internamente, do lado das compras de mercadorias, os estados mais parceiros são Maranhão (29%), Mato Grosso (26%) e Pará (20%). Do lado das vendas, os mais parceiros são: Rondônia (30,55%), Roraima (23,44%) e Pará (23,19%).

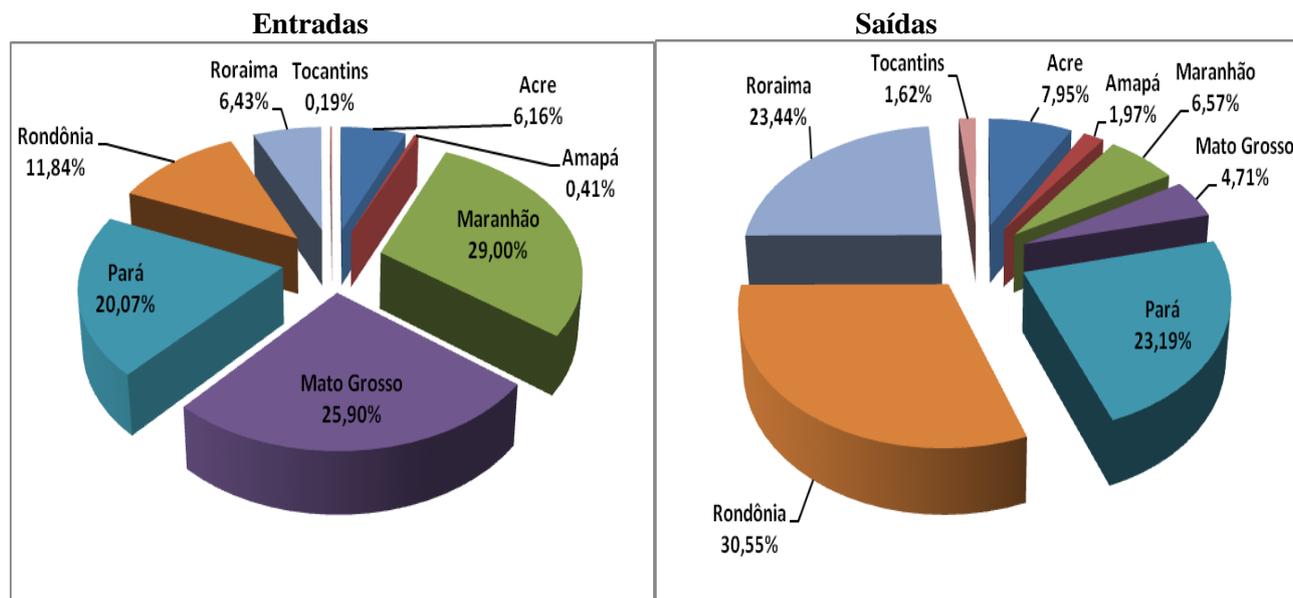
Tabela 7: Relação de entradas e saídas de mercadorias do Estado do Amazonas no mercado amazônico - 2010

<b>Amazônia Legal</b>	<b>Entradas (R\$)</b>	<b>%</b>	<b>Saídas (R\$)</b>	<b>%</b>
Acre	205.044.960,41	6,16	30.822.820,07	7,95
Amapá	13.677.326,54	0,41	7.629.402,24	1,97
Maranhão	966.099.682,93	29,00	25.463.227,22	6,57
Mato Grosso	862.802.850,69	25,90	18.265.500,63	4,71
Pará	668.504.168,79	20,07	89.890.660,37	23,19
Rondônia	394.417.003,04	11,84	118.408.983,62	30,55
Roraima	214.168.107,54	6,43	90.874.718,04	23,44
Tocantins	6.256.537,43	0,19	6.267.180,58	1,62
<b>TOTAL REGIONAL</b>	<b>3.330.970.637,37</b>	<b>100,00</b>	<b>387.622.492,77</b>	<b>100,00</b>

Fonte: Secretaria da Fazenda do Estado do Amazonas, 2011.

Elaboração própria

## Relação de entradas e saídas de mercadorias do Estado do Amazonas no mercado amazônico



A tabela 8 demonstra um comparativo da participação do comércio do Amazonas no contexto regional e nacional. Do lado das compras de mercadorias, ratificando novamente uma posição deficitária na balança intrarregional, a relação de comércio regional é pouco acima de 10% - contra 89% do restante do Brasil. Do lado do escoamento das mercadorias a situação pouco se altera - 9,74% regional contra 90,26% do restante do Brasil.

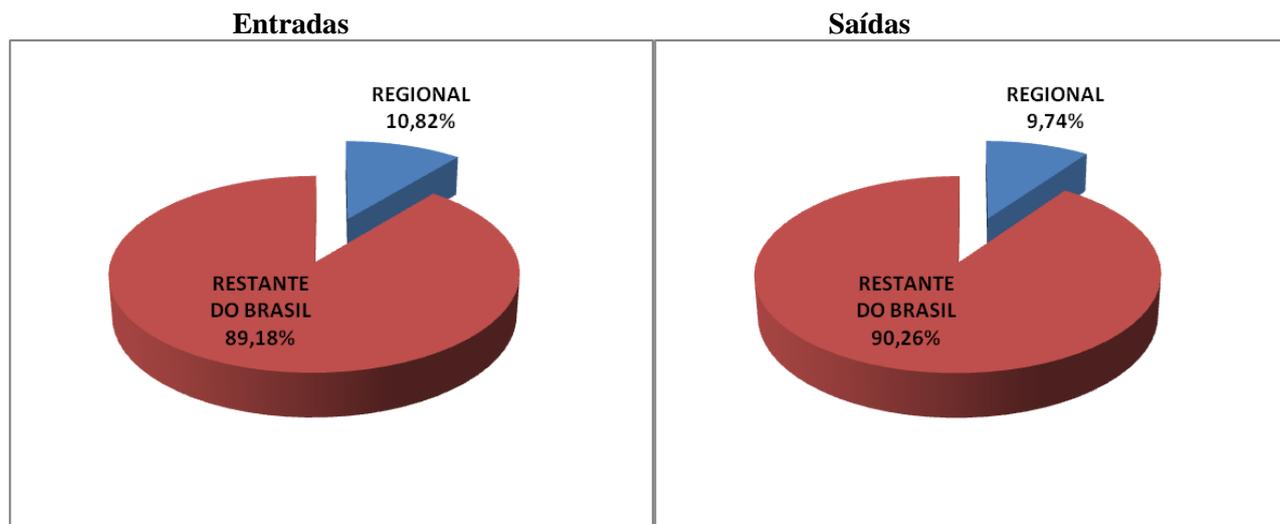
Tabela 8: Transação regional do Estado do Amazonas de entradas e saídas em relação ao restante do país - 2010

Amazônia Legal	Entradas (R\$)	%	Saídas (R\$)	%
REGIONAL	3.330.970.637,34	10,82	387.622.492,77	9,74
RESTANTE DO BRASIL	27.457.938.082,92	89,18	3.592.025.141,43	90,26
<b>NACIONAL</b>	<b>30.788.908.720,26</b>	<b>100,00</b>	<b>3.979.647.634,20</b>	<b>100,00</b>

Fonte: Secretaria da Fazenda do Estado do Amazonas, 2011.

Elaboração própria

## Transação regional do Estado do Amazonas de entradas e saídas em relação ao restante do país



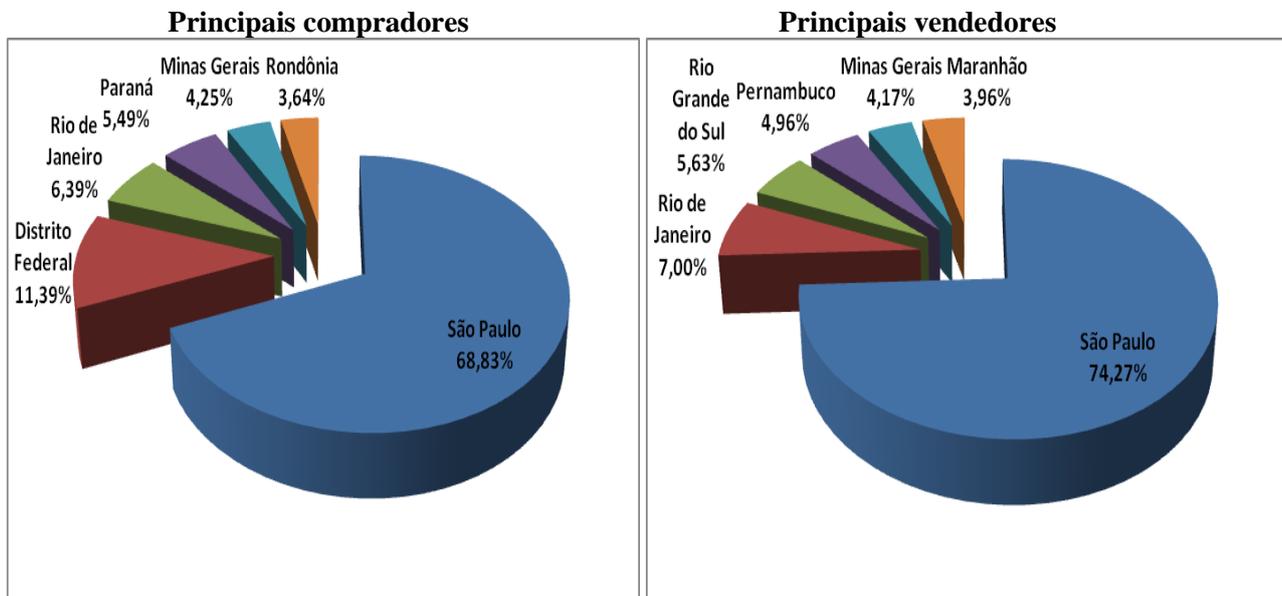
A tabela 9 registra os seis principais compradores e vendedores do Estado do Amazonas no contexto geral. Do lado dos compradores de mercadorias, São Paulo é disparado o estado mais integrado comercialmente ao Amazonas (68,63%) seguido pelo Distrito Federal (11,39%). Rondônia é o único que aparece entre esses seis primeiros.

Do lado das vendas – do escoamento da produção, São Paulo é o destaque – aproximadamente 75% do global vendido. Apenas o Estado do Maranhão se alinha neste grupo com menos de 4% do comércio amazonense praticado. Bom destacar que a influência desses seis estados é significativa no comércio efetivado – do lado dos compradores apenas esses seis representam 82% do global transacional contra 79% do lado dos vendedores também do total transacionado.

Tabela 9: Principais compradores e vendedores de mercadorias do Estado do Amazonas – 2010

Principais compradores	R\$	%	Principais vendedores	R\$	%
São Paulo	2.237.688.046,00	68,83	São Paulo	18.106.667.785,84	74,27
Distrito Federal	370.398.930,68	11,39	Rio de Janeiro	1.707.012.969,26	7,00
Rio de Janeiro	207.702.692,17	6,39	Rio Grande do Sul	1.372.637.664,00	5,63
Paraná	178.531.171,19	5,49	Pernambuco	1.210.010.674,90	4,96
Minas Gerais	138.293.137,55	4,25	Minas Gerais	1.016.044.049,72	4,17
Rondônia	118.408.983,62	3,64	Maranhão	966.099.682,93	3,96
<b>TOTAL PARCIAL</b>	<b>3.251.022.961,21</b>	<b>100,00</b>	<b>TOTAL PARCIAL</b>	<b>24.378.472.826,65</b>	<b>100,00%</b>

Fonte: Secretaria da Fazenda do Estado do Amazonas, 2011.  
Elaboração própria



### 1.3.4. Estado do Maranhão

Tendo sua localização também na vasta Amazônia Legal, oeste do meridiano de 44°, o Maranhão possui extensão territorial de 331.935,507 km<sup>2</sup> e uma contagem populacional realizada de 6.574.789 habitantes (IBGE, 2010)).

Diferentemente dos outros estados da Amazônia Brasileira, o Maranhão usufrui de estímulos fiscais e financeiros das superintendências do desenvolvimento da Amazônia (SUDAM) e do Nordeste (SUDENE). Por esses incentivos foram desenvolvidos grandes projetos de criação de gado, plantação de soja e arroz e de extração de minério de ferro através de Carajás. Houve investimentos, portanto, em atividades relacionadas à agropecuária, extrativismo vegetal e mineral.

Todavia, a contribuição do Maranhão no Produto Interno Bruto (PIB) do Brasil continua baixa - apenas 1,3% em média nos últimos anos. A participação dos principais setores da economia estadual pode ser visualizada da seguinte forma: serviços (63,5%) é o carro chefe, seguido da agropecuária (18,6%) e indústria (17,9%) – IBGE (2010).

Nas atividades ligadas à agricultura destacam-se os cultivos de cana-de-açúcar, mandioca, soja, arroz e milho. A pesca no estado é um outro destaque de atividade econômica– fruto de sua costa litorânea de 640 quilômetros, a segunda mais extensa do país. O turismo é outro segmento não menos importante na geração de emprego e renda – e os destaques, aqui, são as suas belas praias, os lençóis maranhenses, além do turismo cultural e religioso que atraem milhares de visitantes todos os anos.

A indústria no Maranhão é o setor menos dinâmico de todos e baseia-se em poucas atividades, tais como citamos: metalúrgica, madeireira, alimentícia e química. Do lado das relações comerciais no contexto internacional o destaque é o complexo portuário integrado pelos terminais de Itaqui (mais de 420 metros), Ponta da Madeira e Alumar é responsável por mais de 50% da movimentação de cargas portuárias do Norte e do Nordeste. Os principais produtos exportados são, principalmente, alumínio, ferro, soja e manganês. Os importados ficam por conta dos seguintes produtos: óleo, querosene, adubos e produtos das indústrias químicas.

Do lado do comércio intrarregional, o Maranhão apresenta uma balança comercial superavitária onde suas saídas superam as entradas de mercadorias – conforme registra a tabela 10. As maiores compras do Estado ficam por conta do Pará (66,29%) e as saídas – escoamento de sua produção local – igualmente se concentram no Estado do Pará (61,22%). Vale destacar que o Maranhão é o Estado da Amazônia Legal que mais apresenta relação comercial com o Tocantins – geralmente um Estado pouco percebido economicamente pelos outros da região.

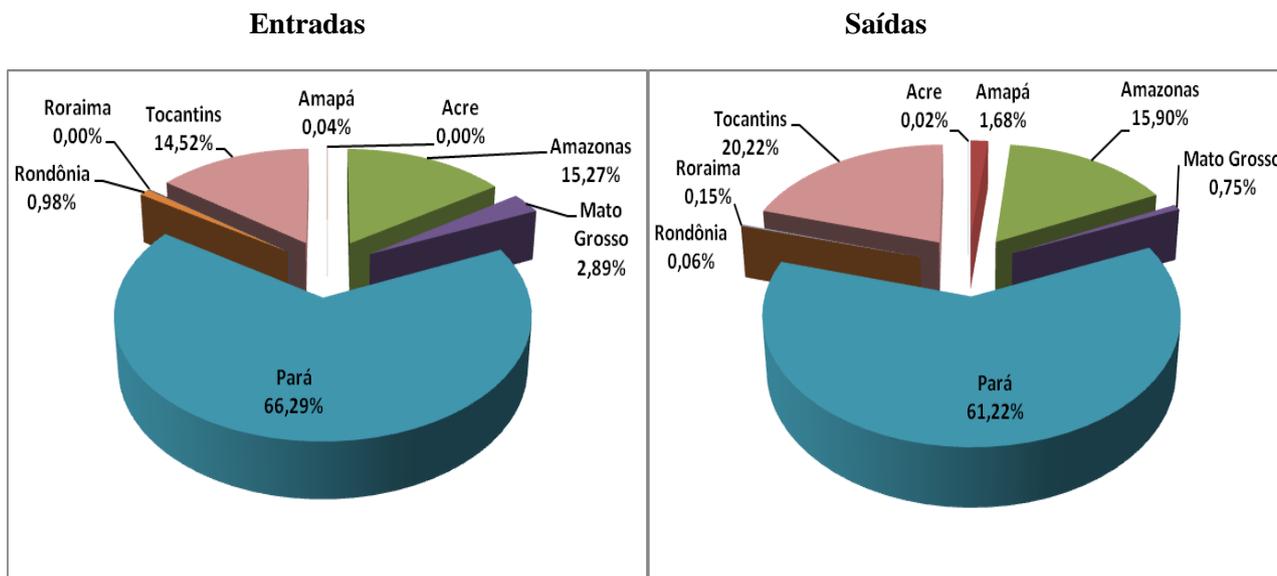
Tabela 10: Relação de entradas e saídas de mercadorias do Estado do Maranhão no mercado amazônico – 2010

<b>Amazônia Legal</b>	<b>Entradas (R\$)</b>	<b>%</b>	<b>Saídas (R\$)</b>	<b>%</b>
Acre	90.300,43	0,002	1.653.974,75	0,02
Amapá	2.149.482,65	0,04	123.743.658,09	1,68
Amazonas	885.104.008,81	15,27	1.173.108.716,99	15,90
Mato Grosso	167.371.912,67	2,89	55.334.266,43	0,75
Pará	3.841.714.135,02	66,29	4.516.526.893,47	61,22
Rondônia	57.064.574,46	0,98	4.071.525,29	0,06
Roraima	149.619,53	0,003	11.133.317,77	0,15
Tocantins	841.768.834,61	14,52	1.491.878.857,71	20,22
<b>TOTAL REGIONAL</b>	<b>5.795.412.868,18</b>	<b>100,00</b>	<b>7.377.451.210,50</b>	<b>100,0</b>

Fonte: Secretaria da Fazenda do Estado do Maranhão, 2011.

Elaboração própria

## Distribuição de entradas e saídas de mercadorias do Estado do Maranhão no mercado amazônico



A tabela 11 estabelece um comparativo das entradas e saídas realizadas pelo Maranhão no contexto regional e restante do Brasil. Do lado das compras de mercadorias, o Estado apresenta uma tímida relação comercial – algo em torno de 23% contra 77% direcionado ao restante do Brasil. Do lado das vendas, também se sobressai a relação comercial desenvolvida com o restante do Brasil.

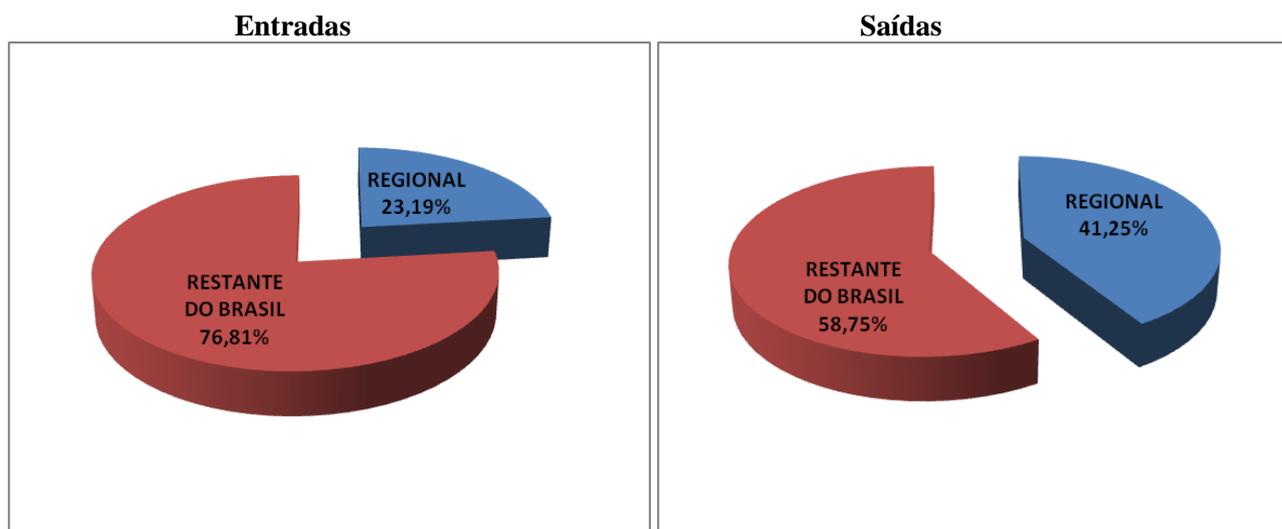
Tabela 11: Transação regional do Estado do Maranhão de entradas e saídas em relação ao restante do país – 2010

Amazônia Legal	Entradas (R\$)	%	Saídas (R\$)	%
REGIONAL	6.637.331.322,32	23	8.880.463.385,98	41
RESTANTE DO BRASIL	21.987.707.848,84	77	12.649.804.129,71	59
<b>NACIONAL</b>	<b>28.625.039.171,16</b>	<b>100</b>	<b>21.530.267.515,69</b>	<b>100</b>

Fonte: Secretaria da Fazenda do Estado do Maranhão, 2011.

Elaboração própria

## Transação regional do Estado do Maranhão de entradas e saídas em relação ao restante do país



Avançando para o contexto geral, a tabela 12 apresenta os principais compradores e vendedores do Estado do Maranhão no ano de 2010. Os principais compradores são o Pará (26,37%), Pernambuco (21,69%) e Piauí (17,05%) e os principais vendedores São Paulo (42,39%), Pará (20,57%) e Minas Gerais (12,70%). Dos estados amazônicos, apenas Pará e Tocantins se sobressaem nas fortes relações de troca com o Maranhão.

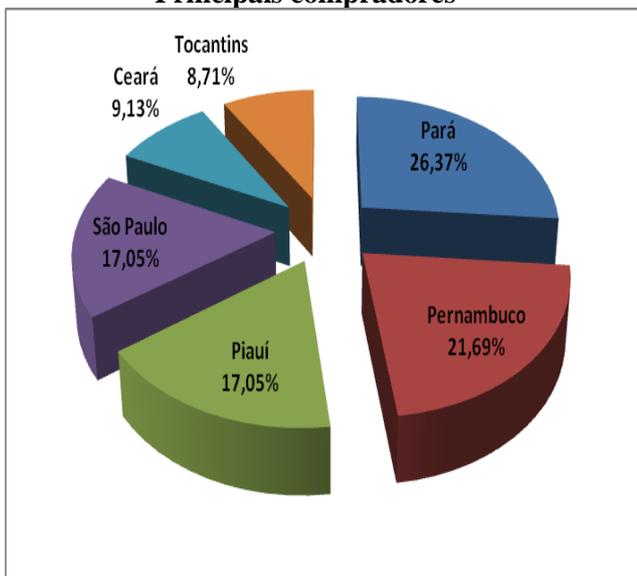
Tabela 12: Principais compradores e vendedores de mercadorias do Estado do Maranhão – 2010

Principais compradores	R\$	%	Principais vendedores	R\$	%
Pará	4.516.526.893,47	26,37	São Paulo	7.917.358.392,63	42,39
Pernambuco	3.714.478.603,16	21,69	Pará	3.841.714.135,02	20,57
Piauí	2.921.212.375,13	17,05	Minas Gerais	2.371.633.906,36	12,70
São Paulo	2.921.212.375,13	17,05	Piauí	1.701.143.563,33	9,11
Ceará	1.563.026.832,89	9,13	Goiás	1.428.386.713,98	7,65
Tocantins	1.491.878.857,71	8,71	Ceará	1.415.474.310,79	7,58
<b>TOTAL PARCIAL</b>	<b>17.128.335.937,49</b>	<b>100,00</b>	<b>TOTAL PARCIAL</b>	<b>18.675.711.022,11</b>	<b>100,00</b>

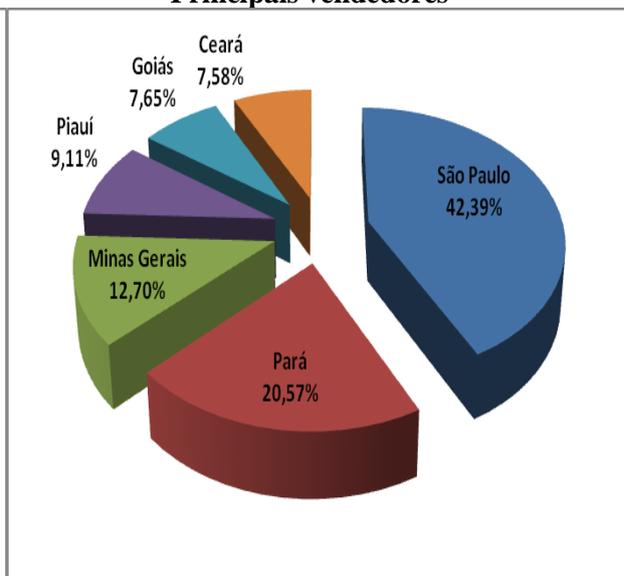
Fonte: Secretaria da Fazenda do Estado do Maranhão, 2011.

Elaboração própria

**Principais compradores**



**Principais vendedores**



### 1.3.5. Estado do Mato Grosso

O Estado do Mato Grosso faz parte da vasta Amazônia Legal e possui extensão territorial de 903.329,700 quilômetros quadrados, sendo um dos maiores estados brasileiros. De acordo com dados divulgados em 2010 pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), a população estadual é estimada de 3.035.122 habitantes.

A economia mato grossense desde as décadas de 1990 e 2.000 está em constante ascensão, sendo que o seu produto interno já correspondendo a 1,6% do PIB nacional. A participação das atividades econômicas para o PIB de Mato Grosso é da seguinte ordem: agropecuária (28,1%), indústria (16,4%) e serviços (55,5%.) – (IBGE, 2010). Vale destacar que ainda que o setor de serviços seja o mais dinâmico na precificação do PIB estadual, é a agropecuária o setor mais importante. A comercialização de produtos e a instalação de hotéis e restaurantes, entre outros segmentos do setor de serviços são dinamizados pelo desenvolvimento agropecuário.

O agronegócio do estado é dotado de aparatos tecnológicos que aumentam a produtividade e reduzem os custos - gerando consequentemente grande lucratividade. Entre os principais cultivos estão o da soja, cereais, algodão, leguminosas e oleaginosas. O estado é o maior produtor nacional de algodão, abrigando 20 municípios dos 35 maiores produtores do Brasil. Também é responsável por produzir cerca de 20% da soja nacional. Mato Grosso também detém um dos maiores rebanhos bovino do país, com destaque para o gado de corte.

O setor industrial não é tão dinâmico – a exemplo do restante da Amazônia. Concentra-se em Cuiabá, a capital, e contribui com apenas 16,4% para o PIB estadual. Entretanto, ele está em expansão, sobretudo os segmentos alimentício, frigorífico, construção civil, cerâmica, couro-calçadista, celulose e papel, eletroeletrônica, farmacêutica, madeireira, mecânica e metalúrgica. O turismo – especificamente o ecoturismo - também é outra atividade que se encontra em ascensão – principalmente pela localização do Parque Nacional do Pantanal e do Parque Nacional da Chapada dos Guimarães.

Os destaques de sua exportação ficam por conta dos seguintes produtos: soja, óleo de soja, carne bovina, milho e algodão. Do lado das importações, os destaques são: adubos, máquinas, obras de ferro e aço e fosfato.

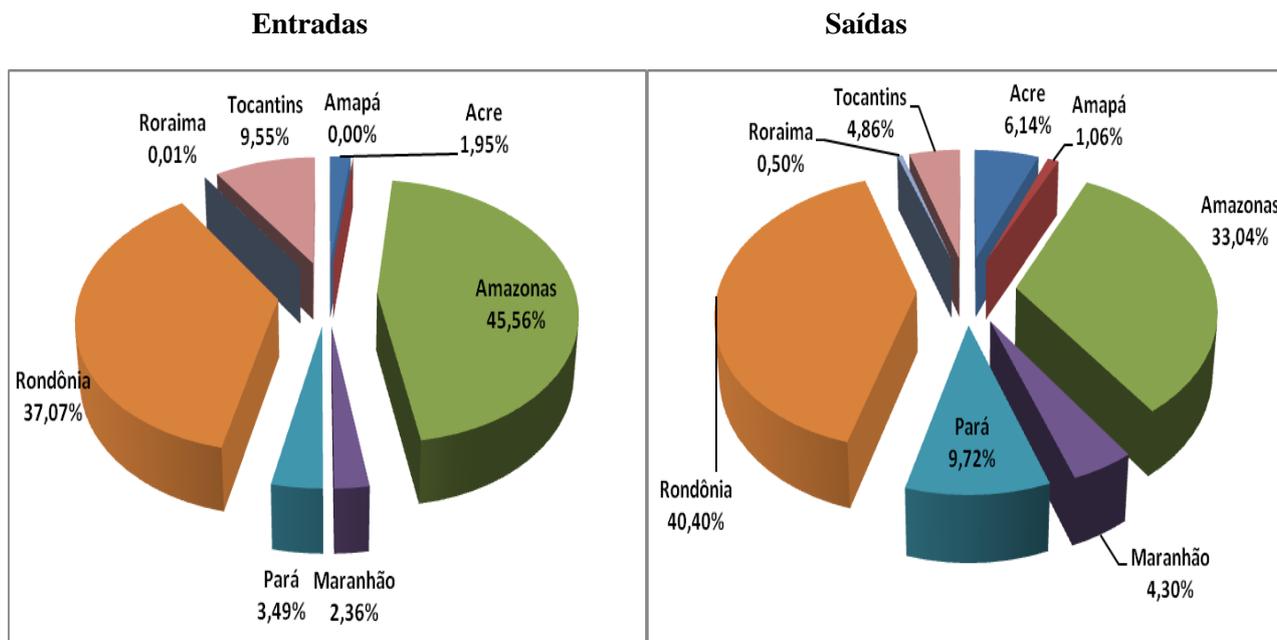
Do lado do comércio intrarregional, a tabela 13 assinala uma posição superavitária na balança comercial – as vendas superam as entradas. Do lado das entradas de mercadorias, os estados que mais têm contribuído para isto são o Amazonas (45,55%) e Rondônia (37,07%). Do lado das saídas, as intensas relações de troca no plano regional ficam por conta de Rondônia (40,40%) e Amazonas (33,40%).

Tabela 13: Relação de entradas e saídas de mercadorias do Estado de Mato Grosso no mercado amazônico – 2010

<b>Amazônia Legal</b>	<b>Entradas (R\$)</b>	<b>%</b>	<b>Saídas (R\$)</b>	<b>%</b>
Acre	40.179.011,55	1,95	235.699.451,84	6,14
Amapá	29.340,08	0,02	40.583.013,48	1,06
Amazonas	937.572.733,19	45,55	1.267.381.146,84	33,04
Maranhão	48.662.774,66	2,36	164.776.179,90	4,30
Pará	71.739.673,84	3,49	372.783.143,59	9,72
Rondônia	762.952.420,67	37,07	1.549.760.080,83	40,40
Roraima	190.818,32	0,01%	19.021.453,24	0,50%
Tocantins	196.599.237,80	9,55%	186.279.527,70	4,86%
<b>TOTAL REGIONAL</b>	<b>2.058.226.010,11</b>	<b>100,00%</b>	<b>3.836.283.997,42</b>	<b>100,00%</b>

Fonte: Secretaria da Fazenda do Estado do Mato Grosso, 2011.  
Elaboração própria

## Distribuição de entradas e saídas de mercadorias do Estado de Mato Grosso no mercado amazônico



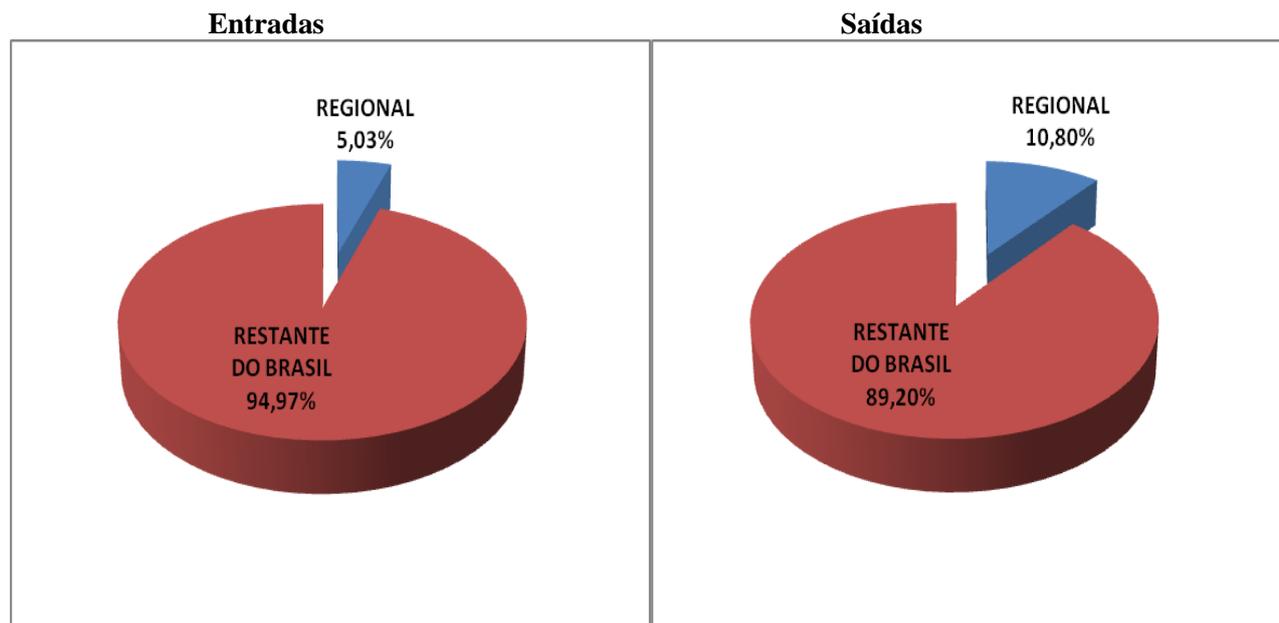
Diferentemente da posição regional, a posição nacional, conforme denota a tabela 19, do Estado do Mato Grosso, na balança comercial é deficitária. No geral, do lado das entradas de mercadorias, o Estado apresenta tímida relação de troca – 23% contra 77% do restante do Brasil. Do lado das saídas, a situação pouco se altera – 41% regional contra 59% restante do Brasil.

Tabela 14: Transação regional do Estado do Mato Grosso de entradas e saídas em relação ao restante do país – 2010

Amazônia Legal	Entradas (R\$)	%	Saídas (R\$)	%
REGIONAL	2.058.226.010,11	5,03	3.836.283.997,42	10,80
RESTANTE DO BRASIL	38.837.803.829,58	94,97	31.679.116.593,66	89,20
<b>TOTAL</b>	<b>40.896.029.839,69</b>	<b>100,00</b>	<b>35.515.400.591,08</b>	<b>100,00</b>

Fonte: Secretaria da Fazenda do Estado do Mato Grosso, 2011.  
Elaboração própria

## Transação regional do Estado do Mato Grosso de entradas e saídas em relação ao restante do país



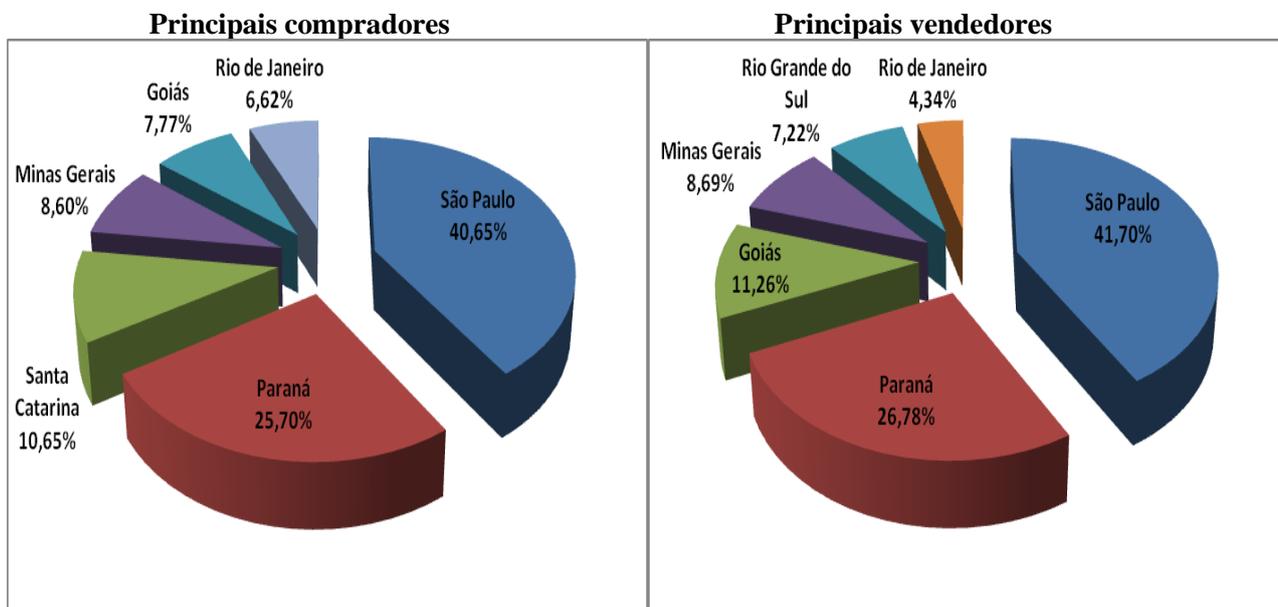
No contexto mais geral, São Paulo, conforme tabela 15, é o principal parceiro comercial do Mato Grosso – tanto na condição de vendedor (41,70%) quanto de comprador (40,65%). Nesta lista dos seis principais, não se percebe nenhum estado da Amazônia Legal – o que equivale a dizer que, de fato, trata-se de um Estado mais alinhado, comercialmente, ao restante do Brasil do que com a Amazônia.

Tabela 15: Principais compradores e vendedores de mercadorias do Estado do Mato Grosso – 2010

Principais compradores	R\$	%	Principais vendedores	R\$	%
São Paulo	11.287.857.018,31	40,65	São Paulo	14.659.262.943,19	41,70
Paraná	7.135.423.773,87	25,70	Paraná	9.414.980.430,83	26,78
Santa Catarina	2.957.535.539,03	10,65	Goiás	3.958.489.940,94	11,26
Minas Gerais	2.389.211.424,58	8,60	Minas Gerais	3.053.263.180,19	8,69
Goiás	2.158.773.527,41	7,77	Rio Grande do Sul	2.538.684.038,89	7,22
Rio de Janeiro	1.839.014.025,57	6,62	Rio de Janeiro	1.526.514.406,95	4,34
<b>TOTAL PARCIAL</b>	<b>27.767.815.308,77</b>	<b>100,00</b>	<b>TOTAL PARCIAL</b>	<b>35.151.194.940,99</b>	<b>100,00%</b>

Fonte: Secretaria da Fazenda do Estado do Mato Grosso, 2011.

Elaboração própria



### 1.3.6. Estado do Pará

O estado do Pará é um dos principais estados da vasta região amazônica – tanto pelo contexto econômico quanto pelo cultural a partir, principalmente, do contexto pombalino (século XVIII) e depois da economia da borracha (séculos XIX). Apresenta uma extensão de 1.247.950,003 quilômetros quadrados, sendo a segunda maior unidade federativa do país. Sua população, conforme o IBGE (2010) totaliza 7.581.051 habitantes.

O Produto Interno Bruto (PIB) do Pará representa 1,9% do PIB brasileiro – e historicamente é um dos maiores estados geradores de riqueza da Região. A composição do PIB paraense ocorre da seguinte forma: agropecuária (8,6%), indústria (31%) e serviços (60,4%). O que se percebe, então, a exemplo de muitos estados amazônicos, é que o segmento de serviços é o principal responsável pelo PIB do estado.

Especificamente, uma das atividades ligadas ao incremento do setor de serviços é o turismo, principalmente em duas cidades - Belém e outros destinos como Santarém e outras localidades do noroeste do estado, que possuem relevos acidentados e inscrições pré-históricas, além do leste paraense, com praias marítimas, como, por exemplo, Salinópolis.

A agricultura paraense é competitiva no cultivo dos seguintes produtos: cultivo de dendê, cultivo de laranja, banana, cana-de-açúcar, coco, arroz, mandioca, cacau, feijão e, principalmente, pimenta-do-reino cujo estado é o maior produtor nacional. A pecuária é outro destaque paraense, especialmente o seu rebanho bovino – atividade que se tornou mais competitiva na porção sudoeste

do Pará. Também há criações de aves, suínos, equinos e bubalinos – sendo esta última mais comum na ilha de Marajó.

O setor industrial é concentrado no Estado, principalmente na Região Metropolitana de Belém. Os principais segmentos industriais dinâmicos são o madeireiro, alimentício, químico e alumínio. O extrativismo mineral, que dá suporte ao setor industrial, é a principal atividade econômica do Pará. Esse segmento baseia-se na exploração da bauxita, ferro, manganês, calcário, ouro e estanho. O alumínio e o minério de ferro são os principais produtos de exportação. O extrativismo vegetal também é de grande importância – e os destaques aqui são a madeira, o açaí e a castanha-do-pará.

Da sua relação com o comércio exterior – vocação natural do Pará desde a invenção da Amazônia no século XVII – os principais produtos de exportação são: minério de ferro, alumina, alumínio primário, ferro, madeira, bovinos e caulim. Do lado da importação, os principais produtos são: soda cáustica, máquinas e equipamentos, carvão mineral, derivados de petróleo e componentes eletrônicos.

Do lado do comércio com os estados da Amazônia Legal, o Pará, conforme tabela 16, apresenta um diagnóstico não tão diferente do restante da região – ou seja, com exceção do Maranhão (51,83%) e Amazonas (36,11%), no caso de compras de mercadorias, as relações comerciais são insignificantes com o Acre, Amapá, Mato Grosso, Rondônia, Roraima e Tocantins. Do lado das saídas de mercadorias, os destinos tornam-se mais intensos com Maranhão – e depois com Amapá e Amazonas – respectivamente 61%, 17% e 13,50%.

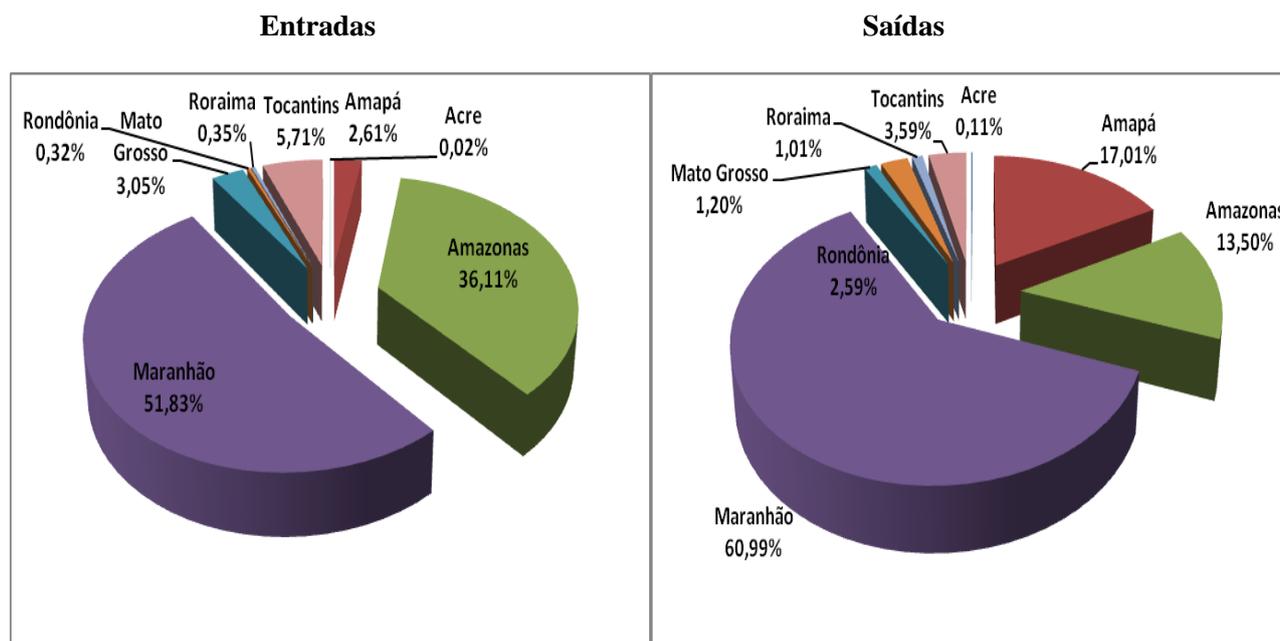
Tabela 16: Relação de entradas e saídas de mercadorias do Estado de Pará no mercado amazônico – 2010

<b>Amazônia Legal</b>	<b>Entradas (R\$)</b>	<b>%</b>	<b>Saídas (R\$)</b>	<b>%</b>
Acre	1.114.820,48	0,02	7.469.147,39	0,11
Amapá	162.822.864,59	2,61	1.162.725.463,34	17,01
Amazonas	2.248.599.008,37	36,11	922.936.477,93	13,50
Maranhão	3.227.862.846,16	51,83	4.169.841.347,58	60,99
Mato Grosso	190.217.391,63	3,05	82.245.667,14	1,20
Rondônia	19.871.159,50	0,32	177.111.657,69	2,59
Roraima	21.746.443,39	0,35	69.112.455,11	1,01
Tocantins	355.455.489,05	5,71	245.185.078,61	3,59
<b>TOTAL REGIONAL</b>	<b>6.227.690.023,17</b>	<b>100,00</b>	<b>6.836.627.294,79</b>	<b>100,00</b>

Fonte: Secretaria da Fazenda do Estado do Pará, 2011.

Elaboração própria.

## Distribuição de entradas e saídas de mercadorias do Estado de Pará no mercado amazônico



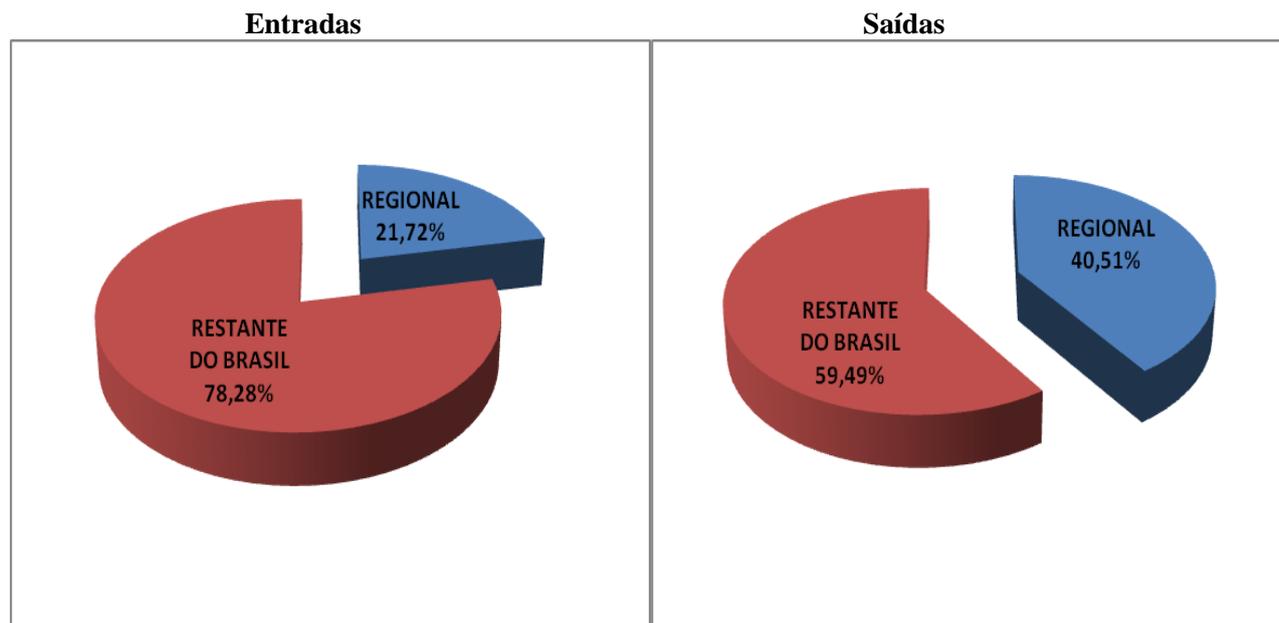
A tabela 17 retrata a posição da relação de troca do Pará no contexto regional e com o restante do Brasil. Fato que merece comentário é que o Estado, no contexto regional, apresenta um saldo positivo na balança comercial – mas tal fato não acontece no contexto global. Conforme a tabela abaixo, no ano de 2010 - também em 2009 e 2008 – a posição do Estado é de uma balança comercial deficitária – o que na prática significa que a competitividade do Estado encontra-se mais na compra de mercadorias. De tudo que entra no Estado apenas 21,72% vem da Amazônia legal. Do lado das saídas, quase 60% de tudo que o Pará vende vai para fora da Região.

Tabela 17: Transação regional do Estado do Pará de entradas e saídas em relação ao restante do país – 2010

Amazônia Legal	Entradas (R\$)	%	Saídas (R\$)	%
REGIONAL	6.227.690.023,17	21,72%	6.836.627.294,79	40,51%
RESTANTE DO BRASIL	22.450.843.271,37	78,28%	10.040.834.809,41	59,49%
<b>TOTAL</b>	<b>28.678.533.294,54</b>	<b>100,00%</b>	<b>16.877.462.104,20</b>	<b>100,00%</b>

Fonte: Secretaria da Fazenda do Estado do Pará, 2011.  
Elaboração própria.

## Transação regional do Estado do Pará de entradas e saídas em relação ao restante do país



A tabela 18 assinala os principais compradores e vendedores do Pará. Do primeiro time, os destaques são Maranhão (35,48%), São Paulo (26,52%) e Minas Gerais (12,44%). Da Amazônia Legal, apenas Maranhão e Amapá se posicionam bem nas relações de compra geral do Estado. Do lado das vendas, os destaques da relação regional ficam por conta do Maranhão e Amazonas. São Paulo é quem mais vende para o Estado – cerca de 46% de tudo demandado.

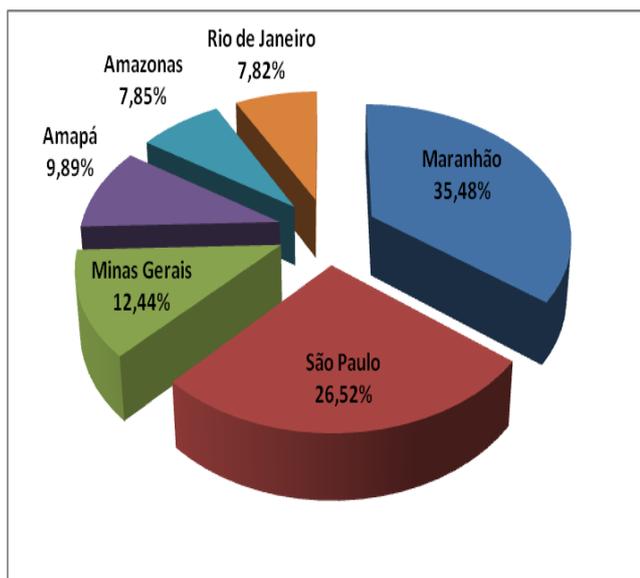
Tabela 18: Principais compradores e vendedores de mercadorias do Estado do Pará – 2010

Principais compradores	R\$	%	Principais vendedores	R\$	%
Maranhão	4.169.841.347,58	35,48	São Paulo	9.532.199.994,19	46,44
São Paulo	3.117.142.418,80	26,52	Maranhão	3.227.862.846,16	15,73
Minas Gerais	1.462.013.085,38	12,44	Minas Gerais	2.687.249.354,76	13,09
Amapá	1.162.725.463,34	9,89	Amazonas	2.248.599.008,37	10,96
Amazonas	922.936.477,93	7,85	Goiás	1.494.014.736,73	7,28
Rio de Janeiro	918.787.683,06	7,82	Paraná	1.335.682.122,72	6,51
<b>TOTAL PARCIAL</b>	<b>11.753.446.476,09</b>	<b>100,00</b>	<b>TOTAL PARCIAL</b>	<b>20.525.608.062,93</b>	<b>100,00</b>

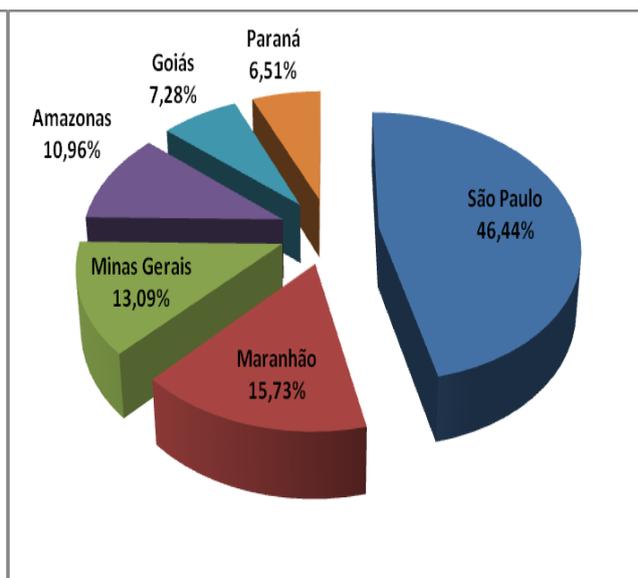
Fonte: Secretaria da Fazenda do Estado do Pará, 2011.

Elaboração própria.

### Principais compradores



### Principais vendedores



#### 1.3.7. Estado de Rondônia

O estado de Rondônia é outra unidade federada pertencente à maior região brasileira. Possui extensão territorial de 237.590,864 quilômetros quadrados, população total de 1.562.409 habitantes e sua riqueza gerada, mensurada pelo PIB, corresponde a 0,6% do PIB brasileiro (IBGE, 2010).

A exemplo de alguns estados da Região Amazônica, a economia rondoniense encontra-se, atualmente, em processo de desenvolvimento. O fato gerador desta ocorrência foi a expansão da fronteira agrícola que, por sinal, foi determinante para o desenvolvimento agropecuário.

A composição do seu produto interno bruto pode ser visualizada da seguinte maneira: agropecuária (20,4%), indústria (14,6%) e serviços (65%). Do lado do setor agrícola, os fluxos migratórios de agricultores que se intensificaram a partir da década de 1970 foram determinantes para o desenvolvimento do setor. As terras férteis são propícias para os cultivos de café, cacau, arroz, feijão, milho, soja, mandioca, etc. Na pecuária, o estado se destaca por ser grande exportador de carne bovina – principal produto de exportação de Rondônia – chegando a ordem de 60%.

O setor industrial de Rondônia sofre das mesmas debilidades percebidas nos outros estados da Amazônia Legal – é pouco diversificado. Os principais segmentos do setor são o alimentício, frigorífico e mineração - que é proporcionada em razão das grandes reservas de cassiterita sendo o estado o segundo maior produtor nacional desse minério.

O extrativismo vegetal é um outro importante setor para o Estado e gerador de grande fonte de receita – o destaque aqui é a madeira. Do lado do setor de serviços, a grande alavanca é o

comércio que se encontra alinhado ao agronegócio. Outra atividade que contribui para esse segmento da economia rondoniense é o turismo – ainda que pouco explorado - tendo em vista as grandes belezas naturais, atrações históricas e culturais.

Do lado do comércio com estados da Amazônia Legal pode-se perceber que Rondônia, conforme tabela 19, apresenta uma balança comercial regional deficitária – e intensa relação de troca, do lado das compras de mercadorias, com apenas dois estados: Amazonas (54,36%) e Mato Grosso (39%). Do lado das saídas, a tabela 25 registra igualmente uma intensa relação de troca com Acre (40,85), Amazonas (40,00%) e Mato Grosso (15,00%).

Tabela 19: Relação de entradas e saídas de mercadorias do Estado de Rondônia no mercado amazônico – 2010

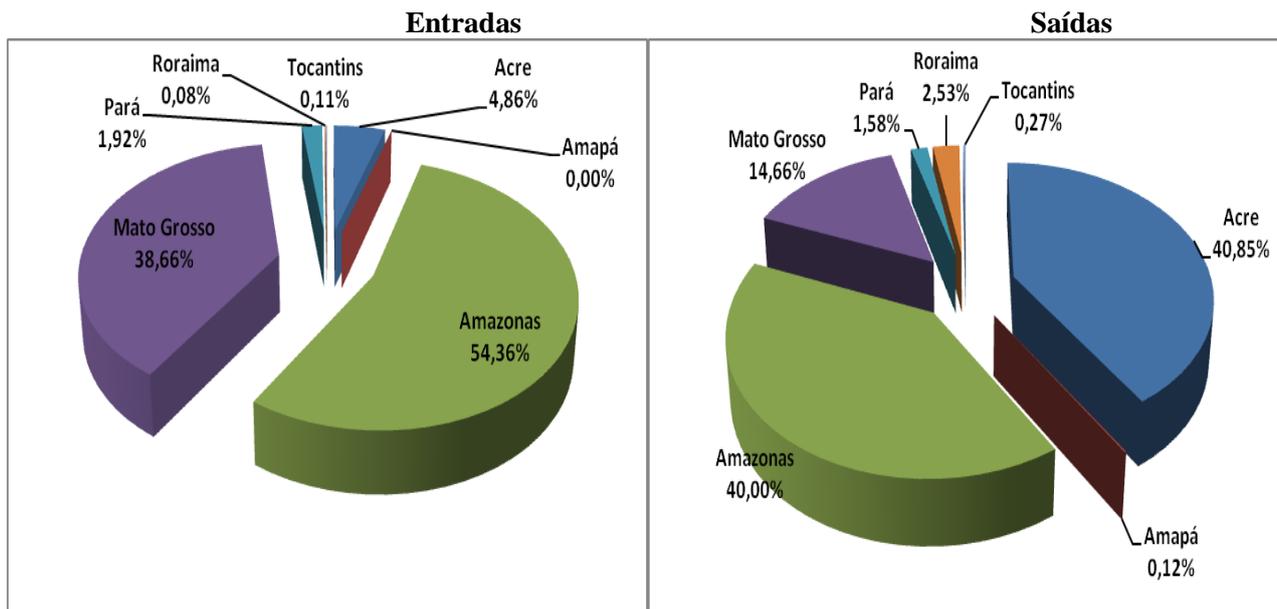
<b>Amazônia Legal</b>	<b>Entradas (R\$)</b>	<b>%</b>	<b>Saídas (R\$)</b>	<b>%</b>
Acre	316.404.677,52	4,86	2.255.412.260,14	40,85
Amapá	203.593,40	0,003	6.383.796,32	0,12
Amazonas	.539.060.287,06	54,36	2.208.681.842,68	40,00
Maranhão	-	0,00	-	0,00
Mato Grosso	2.516.771.725,96	38,66	809.221.433,33	14,66
Pará	125.170.515,64	1,92	87.258.783,74	1,58
Roraima	5.422.842,64	0,08	139.752.675,57	2,53
Tocantins	7.251.591,93	0,11	14.692.407,95	0,27
<b>TOTAL REGIONAL</b>	<b>6.510.285.234,15</b>	<b>100,00</b>	<b>5.521.403.199,73</b>	<b>100,00</b>

Fonte: Secretaria da Fazenda do Estado de Rondônia, 2011.

(---) Sem dados do estado do Maranhão.

Elaboração própria.

## Distribuição de entradas e saídas de mercadorias do Estado de Rondônia no mercado amazônico



A tabela 20 registra a balança comercial do Estado no ano de 2010 – e a posição é fortemente deficitária – mais entradas que saídas. A tabela também demonstra que o estado de Rondônia apresentou intensa relação de troca – do lado das entradas de mercadorias – muito mais com as outras regiões que com a própria Amazônia Legal – 66% contra 34%.

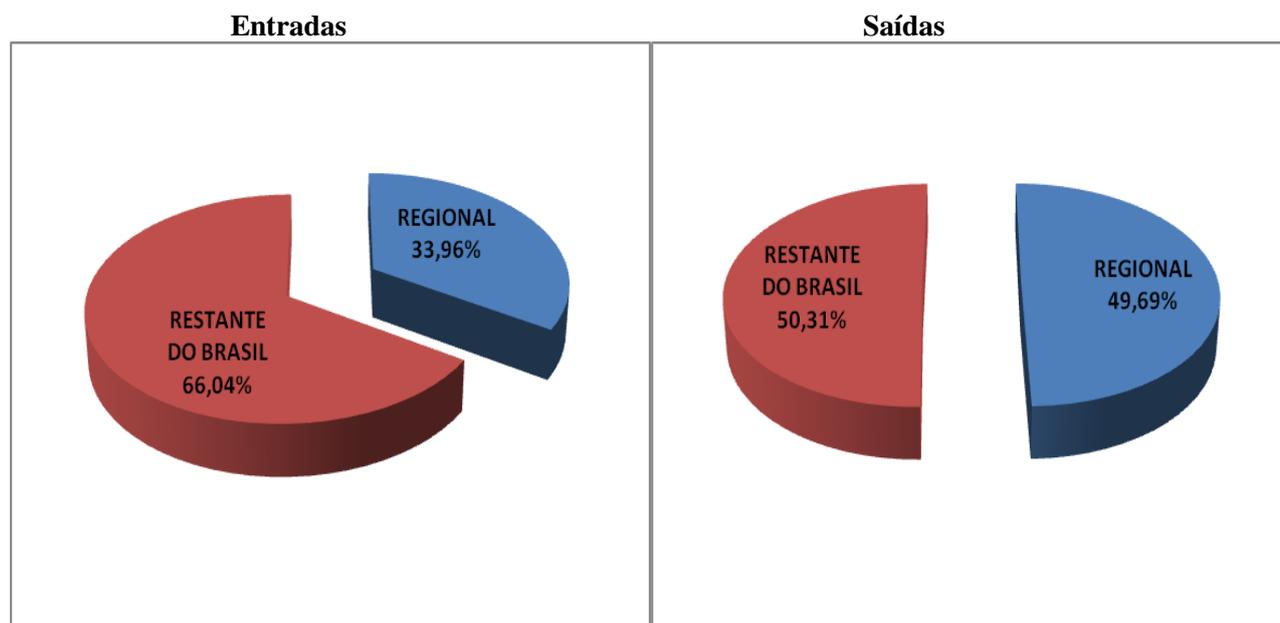
Tabela 20: Transação regional do Estado de Rondônia de entradas e saídas em relação ao restante do país – 2010

Amazônia Legal	Entradas (R\$)	%	Saídas (R\$)	%
REGIONAL	.510.285.234,15	33,96	5.521.403.199,73	49,69
RESTANTE DO BRASIL	2.660.075.238,88	66,04	.590.037.972,59	50,31
<b>TOTAL</b>	<b>19.170.360.473,03</b>	<b>100,00</b>	<b>11.111.441.172,32</b>	<b>100,00</b>

Fonte: Secretaria da Fazenda do Estado de Rondônia, 2011.

Elaboração própria.

## Transação regional do Estado de Rondônia de entradas e saídas em relação ao restante do país



### 1.3.8. Estado do Tocantins

O estado do Tocantins, criado em 1988, e com uma população de 1.383.445 habitantes, é a mais nova unidade da federação pertencente à vasta região da Amazônia Legal. Seu território é de 277.621,858 quilômetros quadrados é fruto da emancipação do norte goiano.

Na economia, percebe-se a evolução do estado ano após ano, mas a contribuição para o Produto Interno Bruto (PIB) brasileiro ainda é pequena - apenas 0,5%. A composição do Produto Interno Bruto do Tocantins é a seguinte: agropecuária (17,8%), indústria (24,1%) e serviços (58,1%) – IBGE (2010).

A exemplo dos outros estados amazônicos, o setor de serviços é o principal responsável pela formação do PIB estadual. No caso de Tocantins, esse setor da economia se concentra na capital, Palmas, e nas cidades localizadas próximas à Rodovia Belém-Brasília, pois o fluxo de pessoas é intenso nessas localidades.

A agropecuária é o segundo setor mais dinâmico do Estado - e aproximadamente alavanca 99% das exportações tocantinenses. A pecuária bovina de corte é um dos grandes subsetores dinâmicos do estado da mesma forma, também, da produção agrícola - com destaque para o cultivo de arroz, mandioca, cana-de-açúcar, milho e, principalmente, soja.

O setor industrial é o segundo mais dinâmico do Estado e encontra-se concentrado nas cidades de Palmas, Gurupi, Porto Nacional, Araguaína e Paraíso do Tocantins. As principais indústrias existentes são as de produtos minerais, de borracha e plástico, agroindústria e alimentícia. A produção é destinada principalmente ao consumo interno. Outro destaque não menos importante da economia tocantinense se refere à mineração, visto que o estado possui grandes quantidades de ouro e calcário.

Do lado da relação de troca com o comércio exterior, o comportamento das exportações se fundamenta nos seguintes produtos: soja e carne bovina, principalmente. Do lado das importações, os destaques ficam por conta de fios, tecidos, confecções, alimentos, adubos, azeite, máquinas, alpiste e outros.

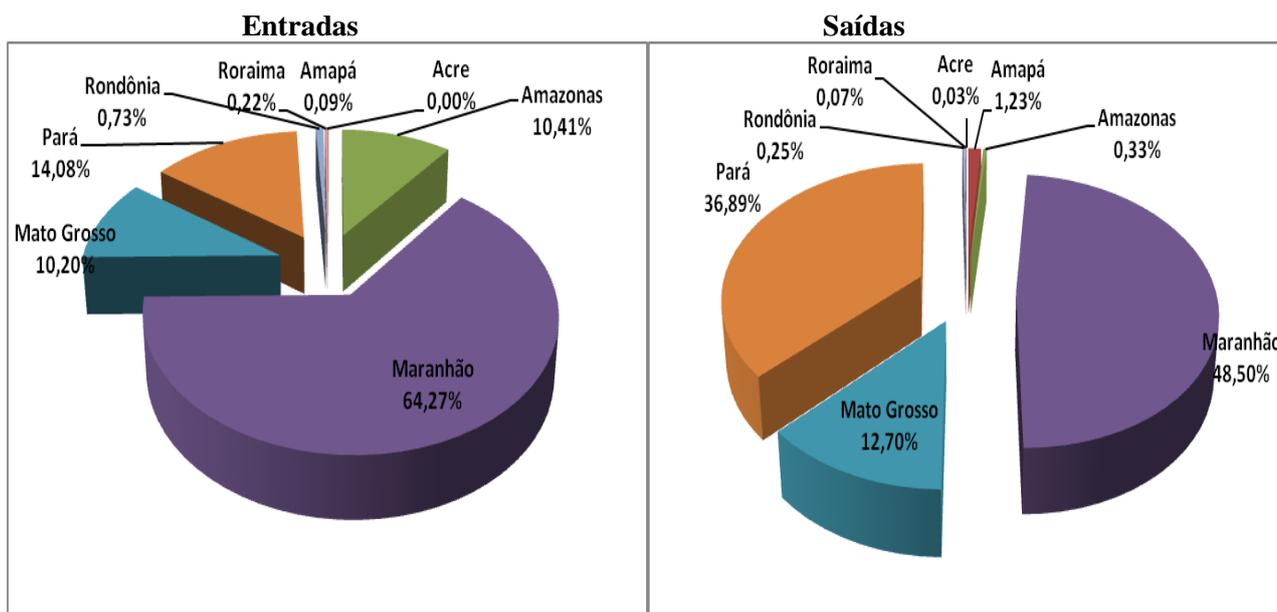
Do lado da relação de troca intrarregional, a situação do Estado de Tocantins é de pouca comercialização com os estados da Amazônia Legal, conforme denota a tabela 21. Do lado das entradas de mercadorias, a grande quantidade – cerca de (64%) é oriunda do Maranhão. Acre, Amapá, Rondônia e Roraima aparecem com destaque abaixo de 1% neste padrão de comercialização. Do lado das vendas, das saídas, os estados regionais receptores da produção tocantinense foram, principalmente, Maranhão e Pará - respectivamente (48,50%) e (37%).

Tabela 21: Relação de entradas e saídas de mercadorias do Estado de Tocantins no mercado amazônico – 2010

<b>Amazônia Legal</b>	<b>Entradas (R\$)</b>	<b>%</b>	<b>Saídas (R\$)</b>	<b>%</b>
Acre	35.098,27	0,00%	453.051,91	0,03%
Amapá	1.957.679,79	0,09%	19.309.598,14	1,23%
Amazonas	215.457.169,81	10,41%	5.141.626,46	0,33%
Maranhão	1.329.760.733,43	64,27%	761.977.927,15	48,50%
Mato Grosso	210.968.566,42	10,20%	199.466.234,93	12,70%
Pará	291.244.625,12	14,08%	579.483.674,15	36,89%
Rondônia	15.127.612,42	0,73%	3.980.276,25	0,25%
Roraima	4.529.776,25	0,22%	1.120.176,01	0,07%
<b>TOTAL REGIONAL</b>	<b>2.069.081.261,51</b>	<b>100,00%</b>	<b>1.570.932.565,00</b>	<b>100,00%</b>

Fonte: Secretaria da Fazenda do Estado do Tocantins, 2011.  
Elaboração própria.

## Distribuição de entradas e saídas de mercadorias do Estado de Tocantins no mercado amazônico



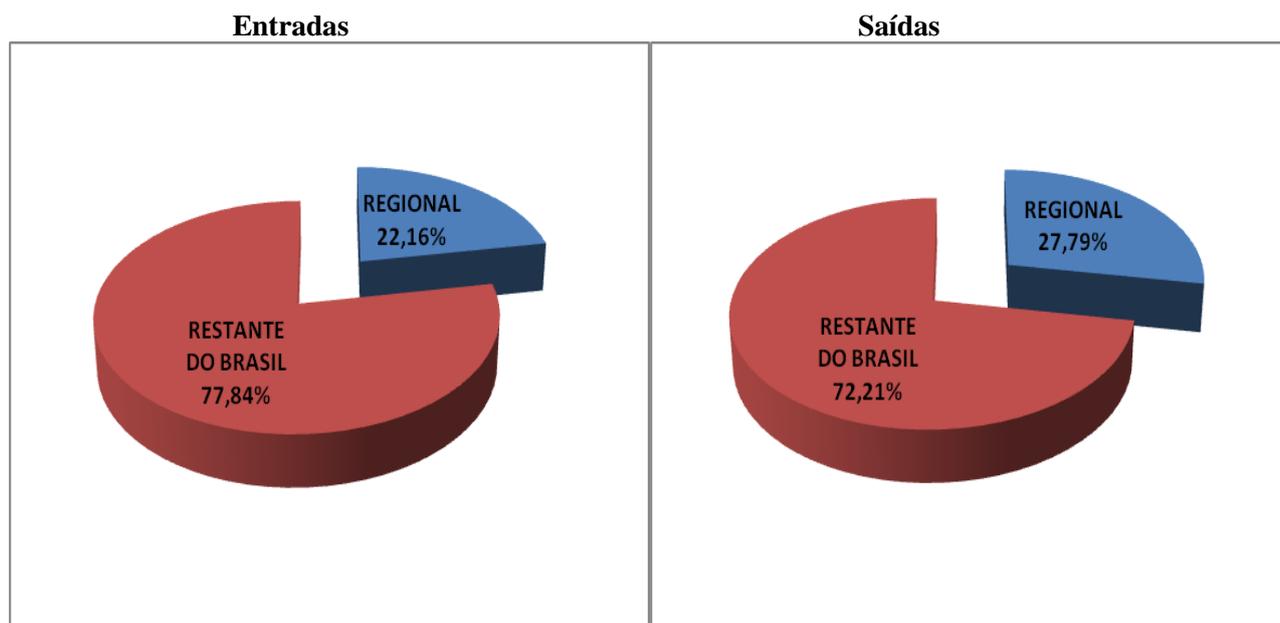
Fazendo uma analogia mais ampla, podemos notar que o Estado do Tocantins estabelece uma relação de troca comercial mais efetiva com os estados de outras regiões – ou com o restante do Brasil conforme tabela 22. Do lado das entradas, ficam por conta das relações intrarregionais apenas 22,16% do volume comercializado internamente – contra 77,84% direcionado ao restante do Brasil. Do lado das saídas, a posição permanece a mesma – prioridade nas relações de troca com o restante do Brasil, ou seja, 72% contra 28% regional.

Tabela 22: Transação regional do Estado de Tocantins de entradas e saídas em relação ao restante do país – 2010

Amazônia Legal	Entradas (R\$)	%	Saídas (R\$)	%
REGIONAL	2.088.738.650,18	22,16%	1.576.033.017,26	27,79%
RESTANTE DO BRASIL	7.336.324.471,11	77,84%	4.094.258.097,93	72,21%
<b>TOTAL</b>	<b>9.425.063.121,29</b>	<b>100,00%</b>	<b>5.670.291.115,19</b>	<b>100,00%</b>

Fonte: Secretaria da Fazenda do Estado do Tocantins, 2011.  
Elaboração própria.

## Transação regional do Estado de Tocantins de entradas e saídas em relação ao restante do país



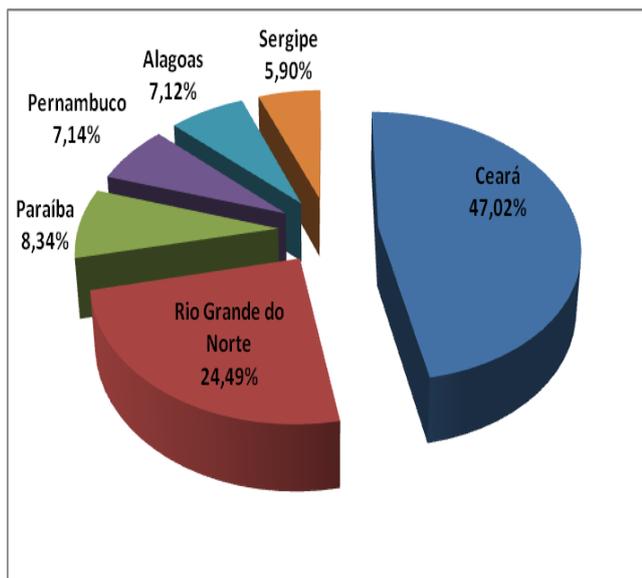
Os principais parceiros comerciais do Tocantins são, principalmente, Ceará, Sergipe e São Paulo – o destaque é, com efeito, a Região Nordeste onde se incluem, ainda, o Rio Grande do Norte, a Paraíba, Pernambuco e Alagoas. A tabela 23 retrata essa situação. Os principais compradores são Ceará e Rio Grande do Norte – 47% e 24,49% respectivamente. Do outro lado, ou seja, os principais vendedores para o Tocantins são Sergipe (34,22%) e São Paulo (31,49%). Nota-se que dos principais parceiros do Tocantins nenhum destaque cabe a qualquer estado amazônico.

Tabela 23: Principais compradores e vendedores de mercadorias de Tocantins – 2010

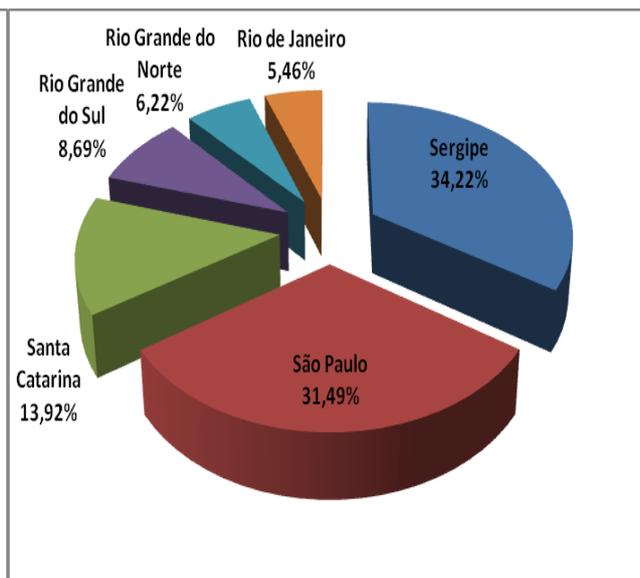
Principais compradores	R\$	%	Principais vendedores	R\$	%
Ceará	1.490.026.000,12	47,02	Sergipe	2.088.240.510,45	34,22
Rio Grande do Norte	776.007.351,26	24,49	São Paulo	1.921.538.759,26	31,49
Paraíba	264.270.441,72	8,34	Santa Catarina	849.469.432,52	13,92
Pernambuco	226.272.564,55	7,14	Rio Grande do Sul	530.562.198,12	8,69
Alagoas	225.488.715,54	7,12	Rio Grande do Norte	379.316.553,31	6,22
Sergipe	187.036.296,10	5,90	Rio de Janeiro	333.455.722,04	5,46
<b>TOTAL PARCIAL</b>	<b>3.169.101.369,29</b>	<b>100,00</b>	<b>TOTAL PARCIAL</b>	<b>6.102.583.175,70</b>	<b>100,00</b>

Fonte: Secretaria da Fazenda do Estado do Tocantins, 2011.  
Elaboração própria.

### Principais compradores



### Principais vendedores



## **PARTE II – PROJETOS DE INTEGRAÇÃO COMPETITIVA REGIONAL**

Esta parte do Programa trata dos projetos a serem implementados para a efetivação de uma região mais integrada, articulada e competitiva comercialmente. O primeiro projeto trata de um portal de integração; o segundo, de uma feira para informar a sociedade regional, nacional e internacional das potencialidades amazônicas. O terceiro projeto é o Norte Competitivo, capitaneado pelas federações da indústria da Amazônia e agora a Sudam, também, fazendo parte. Apresentaremos separadamente cada projeto – mas vale dizer que todos estão alinhados em um propósito comum: contribuir para o desenvolvimento da Amazônia.

### **2.1. PROJETO 1 - PORTAL DE INTEGRAÇÃO E COMPETIVIDADE REGIONAL**

#### **1. Justificativa**

O Brasil alçou neste ano de 2012 a posição de sexta economia mundial – e isto é um grande feito considerando o grau de desenvolvimento de muitas nações ocidentais. De fato mesmo o país, na nova ordem mundial, passa a exibir uma musculatura do tamanho das riquezas existentes no seu solo (pessoas e empresas competitivas) e subsolos (recursos naturais).

A Amazônia precisa se alinhar a esse padrão de crescimento da economia brasileira. O ponto de partida, na nossa tese, é o mercado local se integrar ainda mais – e essa integração passa pela economia, primeiramente. Na prática estamos assinalando que um dos principais fatores críticos de sucesso do desenvolvimento amazônico é a integração do seu mercado – daí a preocupação e o cuidado que se deve ter para domar essa questão.

O Portal da Integração tem a intenção concreta de proporcionar uma comunicação dos negócios – tanto do lado dos ofertantes (produtores) quanto dos demandantes (consumidores) e assegurar a integração como um efetivo fator de sucesso. A proposta é ousada e necessária – portanto oportuna e pertinente.

## **2. Objetivos**

### **2.1. Geral**

Desenvolver um portal que tenha a intenção de promover uma maior articulação e integração dos negócios regionais através de um alinhamento de interesses entre os ofertantes e demandantes dos produtos e serviços amazônicos.

### **2.2. Específicos**

- Mobilizar o mercado regional, através de ações de marketing, da importância de se efetivar um portal de integração regional de negócios;
- Alinhar federações e governos regionais, a partir de um sentido de redes e parcerias, para a retroalimentação do portal;

## **3. Metodologia**

O sistema para a efetivação do Portal deve ser desenvolvido a partir da construção de um banco de dados.

## **4. Sistema de gestão**

A gestão do portal deve se alinhar a um sentido de parceira envolvendo a SUDAM, Governos estaduais e Federações de Indústrias.

## **5. Resultados esperados**

- 5.1. Portal de negócios dos produtos e serviços da Amazônia Legal;
- 5.2. Governos estaduais e federações alinhadas com o projeto;
- 5.3. Capacitação dos pequenos e micros empresários em empreendedorismo.

## 2.2. PROJETO 2 - FEIRA DE INTEGRAÇÃO E COMPETITIVIDADE REGIONAL

### 1. **Justificativa**

A Amazônia é uma região singular no capitalismo brasileiro – e assim tem sido desde a sua invenção no século XVII. Na prática significa dizer que o sentido de integração da região é um acontecimento recente que, vale dizer, ganha forma apenas na segunda metade do século XX, principalmente a partir do Programa de Integração Nacional – PIN.

De fato, mesmo, o PIN proporcionou apenas uma integração física da região com o restante do Brasil através da construção de duas rodovias – Transamazônica (ligando a região ao Nordeste) e Cuiabá-Santarém.

Do lado da integração econômica pouco, de fato, se percebeu no contexto regional. Diferentemente, portanto, do padrão de formação do capitalismo no Nordeste e Sudeste do Brasil a dinâmica amazônica de integração nunca se concretizou na prática. Tudo indica que a grande maioria dos estados amazônicos se acostumou, pelos interesses e conveniências do próprio padrão de capitalismo brasileiro, a não se alinhar a um sentido pleno de integração intrarregional.

A importância da criação de uma Feira de Integração é buscar – ao contrário do sentido virtual do Portal de Integração – demonstrar, fisicamente, as grandes vantagens competitivas de cada estado – tanto do lado dos bens quanto de serviços. É uma feira de produtos amazônicos para os amazônicos e outros mercados.

### 2. **Objetivos**

#### 2.3. Geral

Desenvolver o comércio regional a partir da demonstração, na prática, das grandes vantagens competitivas ou das atividades mais dinâmicas de cada estado que compõe a Amazônia Legal.

#### 2.4. Específicos

- Apresentar para o mercado regional os principais produtos desenvolvidos por cada estado;
- Envolver empresas e consumidores da região sobre as vantagens competitivas locais;
- Mobilizar outros mercados (inclusive externo) para conhecerem o mercado amazônico.

### **3. Metodologia**

Realização da feira através de uma ampla parceria entre o setor público e privado.

### **4. Sistema de gestão**

A feira deve ser viabilizada através de uma rede de parcerias envolvendo as associações comerciais, movimentos de jovens empreendedores (CONJOVES dos principais municípios amazônicos) federações da indústria e agricultura, Sebrae e governos estaduais e locais.

### **5. Resultados esperados**

5.1. Realização anual da Feira de Integração dos principais produtos desenvolvidos por cada estado;

5.2. Identificação das principais empresas alinhadas com o sentido de desenvolvimento da Amazônia;

5.3. Mobilização dos mercados – regional, nacional e internacional – para participarem do evento.

## **2.3. PROJETO 3 – INTEGRAÇÃO LOGÍSTICA DE TRANSPORTE DA AMAZÔNIA**

### **1. Justificativa**

As federações de indústria da Amazônia Legal são de suma importância para o desenvolvimento do capitalismo regional – e acabam sendo responsáveis, pelo efeito em cascata do comprometimento com as indústrias, pelas bandeiras de renda, emprego e competitividade regional. São, de fato, instituições visionárias – e quase sempre providas de grandes empreendedores em seus quadros.

Recentemente foi lançado pela bancada Ação Pró-Amazônia da Confederação Nacional da Indústria (CNI) – entidade que representa as federações de indústria de todo o Brasil - o Projeto

Norte Competitivo. Em linhas gerais, o projeto aponta os nove eixos de integração prioritários que permitirão reduzir os custos logísticos da Amazônia. Destaca ainda:

- O aumento da competitividade da região;
- A necessidade da ponte sobre o rio Madeira, para evitar o isolamento do Estado do Acre;
- O estímulo à cultura empreendedora, com realização de palestras, treinamentos e cursos de liderança.

A SUDAM encontra-se alinhada com os pressupostos do Projeto e já se prepara para dar suporte efetivo na segunda etapa – quando, então, serão criadas as condições reais para a efetivação das demandas. O projeto ataca um dos principais fatores críticos de sucesso do desenvolvimento regional: a questão logística e do planejamento do desenvolvimento – natural, portanto, que a SUDAM deseje se inserir nesta empreitada.

## **2. Objetivos**

### **2.1. Geral**

Elaborar o planejamento estratégico da infraestrutura de transporte e logística de cargas da Amazônia Legal.

### **2.2. Específicos**

- Tornar os Sistemas de Logística formados pela infra-estrutura de transporte de cargas da Região abrangida pelo estudo mais competitivos;
- Identificar e capacitar com os elementos de infra-estrutura os eixos integrados de transporte voltados ao mercado interno, exportação e importação, de forma a transformá-los em Eixos integrados de desenvolvimento, competitivos, fomentando a inserção das Regiões abrangidas pelo estudo na economia mundial;
- Liderar o processo de reconstrução e melhoria da infra-estrutura brasileira, com a participação da iniciativa privada.

### **3. Metodologia**

#### PRIMEIRA FASE

- a) Análise das cadeias produtivas da Amazônia Legal
- b) Mapeamento da infraestrutura existente na Amazônia Legal
- c) Identificação dos principais gargalos nos modais em 2008 e projeção para 2020
- d) SWOT do estado do Pará

#### SEGUNDA FASE

- a) Identificação dos principais eixos de integração da Amazônia Legal, custos logísticos e economia anual em potencial
- b) Definição da carteira de projeto que compõem os 9 eixos de integração e detalhamento dos projetos de curto prazo

### **4. Sistema de gestão**

Federações de indústrias.

### **5. Resultados esperados**

A SUDAM vai participar do projeto na sua segunda etapa. Portanto, são esses os resultados esperados:

- 5.1. Identificação dos principais eixos de integração da Amazônia Legal, custos logísticos e economia anual em potencial;
- 5.2. Definição da carteira de projeto que compõem os 9 eixos de integração e detalhamento dos projetos de curto prazo

### PARTE III – CONSIDERAÇÕES FINAIS

Os pontos tratados aqui, principalmente na Parte I, do diagnóstico do mercado amazônico, evidenciam que a hipótese do trabalho foi confirmada – que os estados da Amazônia Legal estão de costas para com o outro. O efeito disto é um mercado que ainda desconhece as suas potencialidades e que se encontra, portanto, imerso em pressupostos incompetitivos.

O lado negativo de um mercado que não dialoga comercialmente entre si é uma tímida dinâmica macroeconômica – e um efeito multiplicador ainda mais nefasto na produção e no emprego. O resultado é menos renda, menos poupança, menos consumo e menos impostos para o governo.

O Brasil já é um país de destaque na nova ordem mundial – e deve ser, ainda neste segundo decênio do século XXI, alçado ao posto de quinta economia mundial. Não é pouco para um país que não tem um histórico de acumulação quanto muitos outros da Europa Ocidental, por exemplo. O crescimento brasileiro é um fato.

A Amazônia não pode perder essa oportunidade de patinar no novo padrão de desenvolvimento brasileiro. Os desafios são muitos – mas oportunidades são maiores. E essas oportunidades passam por um mercado amazônico integrado e alinhado ao sentido de alianças estratégicas entre setores privados, governos estaduais e municipais e governo federal. A SUDAM quer fazer parte cada vez mais deste contexto e por isto lançou esse estudo.

Na prática o que se busca com uma Amazônia integrada comercialmente são pressupostos macroeconômicos mais dinâmicos como produção competitiva, emprego qualificado e renda sustentável. Significa dizer que a singularidade da Amazônia vai muito além do aspecto mineral e da floresta ou de sua biodiversidade – avança para aspectos onde o centro do desenvolvimento é o homem a partir do seguinte tripé: inovação, acumulação capitalista e meio-ambiente.

Os projetos assinalados aqui apresentam o compromisso de integrar a Amazônia e, ao mesmo, prepará-la, ainda mais, para a competitividade global. E são projetos que já se encontram em construção. O Norte Competitivo vai para a segunda etapa – etapa que irá contar com o suporte da SUDAM. O Portal de Integração também já se inicia neste ano de 2012 – e o seu propósito é o aumento do conhecimento sobre as potencialidades mercadológicas da região. O terceiro projeto – não menos importante – é a Feira de Integração que, também, irá ter a sua primeira versão ainda neste ano. O objetivo é um só: uma Amazônia integrada e sustentável, aberta aos mercados globais e competitiva no processo de acumulação capitalista.

Este Programa terá, ainda, uma segunda etapa, prevista para ser lançada em 2014. Trata-se, portanto, de uma proposta de abrangência que irá além da Amazônia Brasileira – contemplará a Amazônia Continental ou Pan Amazônia que envolve os seguintes países fronteiriços: Bolívia, Colômbia, Equador, Guiana, Peru, Suriname, Venezuela e Guiana Francesa.

## REFERÊNCIAS

- ACADEMIA BRASILEIRA DE CIÊNCIAS. **Amazônia: desafio brasileiro do século XXI**. São Paulo: Fundação Conrado Wessel, 2008.
- ALMEIDA, Paulo Roberto de. **A experiência brasileira em planejamento econômico: uma síntese histórica**. Brasília, 2004. Disponível em: <<http://www.prameilda.org>>. Acesso em: 29 ago. 2011.
- AMARAL FILHO, Jair. Desenvolvimento Regional Endógeno em um ambiente federalista. In: **Planejamento e Políticas Públicas**. Brasília: IPEA, n.14.dez,1996.
- AZEVEDO, Sérgio. **Federalismo e Reforma do Estado: resultados preliminares de pesquisa**. Disponível em: <<http://www.fundaj.gov.br/docs/eg/semi1.rtf>>. Acesso em: 30 ago. 2011.
- BARQUERO, A. V. **Desenvolvimento endógeno em tempos de globalização**. Porto. Alegre: UFRGS/FEE, 2002.
- BOISIER, Sergio E. **El difícil arte de hacer region. Las regiones como actores territoriales del nuevo orden internacional**. Cusco: CBC, 1992.
- BOURGON, Jocelyne. Finalidade pública, autoridade governamental e poder coletivo. **Revista do Servidor Público**, v.61,n.1, p.5-53, 2010.
- BRASIL. Presidência da República: **Plano Amazônia Sustentável: diretrizes para o desenvolvimento sustentável da Amazônia Brasileira**. Brasília, DF: 2008.
- MINISTÉRIO DO MEIO AMBIENTE. Comissão de Políticas de Desenvolvimento Sustentável e da Agenda 21 Nacional. **Agenda 21 brasileira, 2**. 2d. Brasília, DF: 2004.
- CENTRO DE GESTÃO E ESTUDOS ESTRATÉGICOS. **Um projeto para a Amazônia no século 21: desafios e contribuições**. Brasília, DF: 2009.
- CORREA, Silvio M. de Souza. **Capital Social e Desenvolvimento Regional**. Santa Cruz do Sul: EDUNISC, 2003.
- IBGE. **Indicadores econômicos**. IBGE: Brasil, 2010.
- OHLIN, B. **Interregional and International Trade**. Cambridge: Harvard University Press, 1983.
- OSZLAK, Oscar. **Estado e Sociedade: Novas regras do Jogo?** In: BETIOL, Laércio F.et al – Superando Fronteiras. São Paulo. FUNDAP, 1997.
- PERROUX, François. Nota sobre a noção de pólo de crescimento. In: SCHWARTZMAN, Jacques. **Economia regional : textos escolhidos**. Belo Horizonte: CEDEPLAR, 1977. p .145-55.
- PORTER, M. E. **A Vantagem Competitiva das Nações**. Rio de Janeiro: Campus, 1989.

RICARDO, D. **Princípios de Economia Política e Tributação**. São Paulo: Abril Cultural, 1982.

SMITH, Adam. **A riqueza das nações**. Rio de Janeiro: Hemus, 1984.

TOURAINÉ, A. **Las sociedades dependientes. Ensayos sobre a América Latina**. México, DF: Siglo XXI, 1978.

ZAPATA, Tânia et al. **Gestão participativa para o desenvolvimento local**. Recife: BNDS/PNUD, 2000.

**Acessos da internet:**

<http://www.ma.gov.br/>

<http://www.pa.gov.br/>

<http://www.ac.gov.br/>

<http://www.mt.gov.br/>

<http://www.ro.gov.br/>

<http://www.to.gov.br/>

<http://www.ap.gov.br/>

<http://www.am.gov.br/>

<http://www.brasilecola.com>



Ministério da Integração Nacional - MI  
Superintendência do Desenvolvimento da Amazônia - SUDAM  
Av. Almirante Barroso, 426  
CEP: 66093-906 Marco - Belém - Pará - Brasil  
Website: [www.sudam.gov.br](http://www.sudam.gov.br)  
Ouvidoria: 0800 610 021 / 4008-5689  
[ouvidoria@sudam.gov.br](mailto:ouvidoria@sudam.gov.br) • [sic@sudam.gov.br](mailto:sic@sudam.gov.br)  
Composto e Impresso: Reprografia da SUDAM